

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de abril de 2022 - Ata n.º 26.

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **26.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 25, de 5 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

SR. 1º. SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Bom dia, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Temos, sim, Sr. Presidente. Há muitas respostas chegando do Poder Executivo aos pedidos formulados, pela Liderança do Governo, nos acordos de envio de expediente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 729/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 77/2022, da Deputada Cantora

Mara Lima; **Ofício n.º 730/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 59/2022, do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 731/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 4766/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 552/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 80/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 737/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 3/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 528/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 7020/2021, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 529/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 7000/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 565/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6851/2021, do Deputado Requião Filho; **Ofício n.º 521/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 17/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 739/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 148/2022, da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 747/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 466/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 771/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 184/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 752/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 7437/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 767/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Cohapar ao Requerimento n.º 235/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 736/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 6645/2021, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 758/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento

n.º 6614/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 766/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil ao Requerimento n.º 265/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 734/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 417/2022, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 542/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 7261/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 738/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 189/2022, do Deputado Soldado Fruet.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Primeiro orador inscrito, pelo PSDB, Deputado Michele Caputo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Michele Caputo; Delegado Fernando Martins; Galo; Coronel Lee; Professor Lemos; e Delegado Jacovós.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Bom dia, Presidente Traiano, Deputadas, Deputados, todos que acompanham esta Sessão. Amanhã, 7 de abril, é o *Dia Mundial da Saúde* e como amanhã não temos Sessão, estou fazendo esta fala hoje em homenagem a esse dia, um dia que foi designado pela Organização Mundial da Saúde lá em 1948. Depois da Segunda Guerra Mundial foi marcado, pela importância que a saúde tem na vida das pessoas, esse dia mundial. Sabemos que a saúde é uma política que é afetada por todas as demais. Você não faz, nem resolve saúde só com hospital, com medicamentos e com equipamentos de saúde, você faz saúde com políticas públicas de emprego e renda, com educação, que tem um peso muito grande na questão da saúde, com o desenvolvimento sustentável, com meio ambiente e com políticas, que de forma transversal afetam a saúde das pessoas e da população. Mas, de forma muito especial, esse Dia Mundial da Saúde de 2022, quero agradecer, não como profissional de saúde, gestor ou Deputado, que foi eleito por parte do movimento da saúde, mas como cidadão, como cidadão paranaense, brasileiro, como cidadão

do mundo que todos somos, aos trabalhadores da saúde, sem distinção de profissão, ou de nível de formação, a esses trabalhadores que anonimamente se expuseram, muitos morreram, outros estão sequelados, mas fizeram o grande enfrentamento desta pandemia, esta da Covid, do coronavírus e mostraram de forma especial aqui no Brasil o quanto foi importante, na Constituição de 88, a Constituição Cidadã, como dizia o Ulisses Guimarães, Goura, garantir a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. Quero também agradecer aos profissionais, não só da saúde pública, que sabem do meu respeito, que sabem do meu carinho e que sabem como somos parceiros e compromissados com o SUS deste País e deste Estado, mas quero agradecer também os profissionais da iniciativa privada, os hospitais filantrópicos, que tiveram um trabalho importante, que foram grandes parceiros na nossa gestão. Quero também, nesse Dia Mundial da Saúde, dizer ao nosso povo que mantenha fé no Sistema Único de Saúde, que se mantenham atentos à questão das vacinas. As vacinas, ao longo de décadas, salvaram milhões e milhões de pessoas e continuam salvando e salvam. Estamos muito preocupados ao olhar a terceira dose de reforço, que é extremamente importante, os baixos níveis de cobertura em todo canto e em todo lugar. Também nos preocupam os baixos índices de cobertura de vacinas que sempre foram tradicionais, que fazem parte do nosso calendário, é importante que também mantenhamos, porque desenvolvemos isso, obrigados ou não, bons hábitos de higiene, que também nos sintamos corresponsável pela nossa saúde, da nossa família e da nossa comunidade, com atos, com gestos e, principalmente, com empatia e com respeito. Tudo o que fazemos, toda ação nossa impacta na vida de alguém, impacta na saúde de alguém. No trânsito, tem a questão da violência interpessoal, tem a questão dos nossos comportamentos, tolerância é importante. Estamos entrando em um caminho muito perigoso neste País, os extremismos, não importa de onde eles venham, fazem muito mal à saúde do povo brasileiro. Não é da nossa índole, não é o nosso jeito de ser, sempre fomos tolerantes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, por favor, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Encerrando, Presidente. Por isso, gostaria de nesse Dia Mundial da Saúde, que é o dia 7, queria deixar registrada aqui essa minha gratidão a todos cidadãos que se comportaram como deveriam e de forma especial os trabalhadores da saúde. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pelo Republicano, Deputado Delegado Fernando Martins.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO MARTINS (REP): Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas Deputados e Deputadas que aqui estão presentes, a todos que nos assistem também pelas redes sociais e que se encontram aqui no Plenário. Quero fazer uso da palavra hoje para agradecer, primeiramente ao nosso Líder Marcel Micheletto e também ao Governo do Estado por ontem, durante a votação do nosso PL n.º 655, que proíbe a exigência do passaporte sanitário no Estado do Paraná, agradecer a indicação do voto favorável ao Projeto. Projeto importante que votamos ontem e que vai contribuir demais com a sociedade paranaense. Quero agradecer também a todos os colegas Deputados que comigo votaram favoravelmente ao Projeto, em especial aqueles Deputados que assinaram a coautoria. Está aqui o Deputado Ricardo Arruda, o Deputado Delegado Jacovós, dentre outros Deputados que acabaram assinando a coautoria do Projeto. Projeto bastante importante. Quero deixar claro que o Projeto em nada trata sobre vacina. O Projeto trata sobre a liberdade das pessoas em poder ou não apresentar o seu comprovante de vacina para adentrar locais públicos e privados, porque não há, obviamente como já foi dito ontem por todos os Parlamentares aqui, não há nenhuma obrigatoriedade na vacinação. Quero usar a palavra porque hoje, pela manhã, ouvi na imprensa algumas entrevistas de Parlamentares desta Casa que disseram que irão questionar na justiça a constitucionalidade da lei, se assim ela for sancionada pelo Governo do Estado. Com todo o respeito que tenho por aqueles Parlamentares que acabaram dizendo isso nas entrevistas, mas o que penso é que este Parlamento é soberano para decidir sobre os projetos que aqui estão sendo votados. Acho que temos que engrandecer o Parlamento quando nas discussões que fazemos aqui e nas votações sejam respeitadas, pelo menos,

pelos nossos Parlamentares, porque quando um Parlamentar perde na votação e diz que vai questionar a lei na justiça, ele está dizendo que nesta Casa de Leis aqui, a CCJ não valeu para nada, as discussões em todas as Comissões que esse Projeto passou não valeram para nada, e olha que esse Projeto do não ao comprovante da vacinação, Marcio Pacheco, ele foi discutido, e mais rigorosamente, por várias Comissões, cinco Comissões. Acho que do tempo que estou aqui como Deputado Estadual, são três anos e pouco, nunca vi um rigor tamanho na discussão e aprovação de um Projeto. E aí quando pegamos e vemos um Parlamentar dizendo que vai questionar a aprovação desta lei na Justiça, estamos dizendo que o Parlamento não valeu para nada, o que vale é a decisão da Justiça, é a posição da Justiça. Nada contra o cidadão comum que se sentir lesado procurar a Justiça. Isso tranquilo. Agora, quando o Parlamentar que discutiu o Projeto, um Projeto que passou por uma votação extrema aqui na nossa Assembleia, ele diz que vai questionar na Justiça, é dizer para a sociedade que o Parlamento não serve para nada, porque o que estamos fazendo aqui não serviu para nada, o que vale é a decisão da Justiça. Então, o que estamos fazendo aqui, colegas Deputados? Somos 54 pessoas eleitas para representar o povo. A partir do momento que um de nós fala que vai questionar isso na Justiça, é dizer que o Parlamento não vale para nada e que estamos perdendo o nosso tempo aqui. Então, quero deixar aqui essa minha manifestação, porque quando fui eleito achei que isso aqui era para tratarmos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO MARTINS (REP): Quando fui eleito Deputado Estadual vim para esta Casa para fazer leis, para discutir, para aprovar ou não. Quando você tem uma lei sua que foi reprovada, temos que ter paciência e aceitar a decisão da maioria. Então, Sr. Presidente, quero só deixar esse meu compromisso com o cidadão que votou em nós, em mim, principalmente, e dizer que estamos aqui fazendo a nossa parte. Sem querer atacar nenhum dos colegas, é a posição de cada um, mas essa é a minha opinião. Um grande abraço. Fiquem com Deus.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Nobre Sr. Presidente Traiano, membros da Mesa Diretora, Ex.^{mo} Romanelli, Ex.^{mo} Gilson, demais diretores que aí se encontram, Deputadas e Deputados. Dia 7 dizem que é um número emblemático. O 7 está na nossa Bíblia. O 7 acompanha a evolução do mundo. Talvez, por coincidência, o Ex.^{mo} Sr. Governador Ratinho Junior acabou escolhendo o dia 7 para uma das grandes mudanças, meu querido Michele Caputo, de uma história da cidade mãe do Estado do Paraná. Não quero ser repetitivo, mas quero dizer aos senhores e as senhoras que nos acompanham neste momento, Paranaguá está vibrando. Está vibrando com a metodologia da nova política. O Ex.^{mo} Sr. Governador Ratinho Junior usa uma frase, usou uma frase em certa ocasião, no Porto de Paranaguá, quando o Governador estava olhando para o mar, o Governador fez uma meia-volta e disse o seguinte, apontando uma mão para o mar e outra para a cidade: “É necessário que Paranaguá, que o Porto de Paranaguá, que deixemos de olhar somente para o mar e vamos olhar para a cidade.” A cidade de Paranaguá nunca teve benefícios como está tendo neste Governo. *Ah, porque o Galo é representante também de Paranaguá.* Não. Estou aqui, parnanguara, honrando a minha família, o meu povo, porém o Governador Ratinho Junior faz a política chamada política nova. Não é a importância de quantos votos temos dentro de Paranaguá. Não é dessa forma que o Governador Ratinho Junior atua. Vamos lotear o Paraná: *Quantos votos têm aqui?* Se assim fosse, Ilha dos Valadares, que vai sair do sonho, do desejo, do sofrimento, para começarmos uma realidade. Uma realidade que uniu todos, o Ex.^{mo} Sr. Prefeito de Paranaguá, Marcelo Roque, as demais autoridades de Paranaguá, a Assembleia Legislativa, todos aqueles que têm o seu pezinho dentro de Paranaguá estão contribuindo. E se fosse citar o nome, quem é que não ama o litoral, quem é que não ama Paranaguá? Todos da Assembleia Legislativa, Deputadas e Deputados sabem do que estou falando, e não é medalhinha no peito do Galo, não, é apenas um pequeno, mas um pequeno elo nessa engrenagem espetacular que é a nova política. O que é a nova política, senhoras e senhores? Olhar os anseios da população e não mapear um Estado e

dizer assim: *Ali tem mais voto. Então, põe mais dinheiro lá!* Governador Ratinho Junior não surpreende, ele apenas acompanha o desejo da Dona Solange; ele apenas acompanha o berço humilde mas severo da transparência e da honestidade. Talvez os senhores não saibam quem é Dona Solange, é a mãe do governador. Conheço-a, convivi com ela dentro da empresa do Grupo Massa, do qual tive a honra de ficar durante oito anos. Então, sei do que estou falando! Sei da humildade desse jovem e que cumpre exatamente a sua palavra, a nova política, e a nova política dá de presente para Paranaguá, para a Ilha dos Valadares, é uma ilha, mas é um bairro de Paranaguá... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Gosto de ver V.Ex.^a fazendo gesticulação sem voz, mas vou lhe conceder mais um minuto.

DEPUTADO GALO (PP): O senhor é muito gentil, Sr. Presidente. Finalizando. Ilha dos Valadares, meu querido Líder Marcel, nosso jovem Deputado, de cabelos novos, inclusive, a Ilha dos Valadares se fosse um bairro, perdão, é um bairro, se fosse uma cidade, seria a terceira cidade que temos no Litoral pela sua população. Governador Ratinho Junior, V.Ex.^a tem palavra; V.Ex.^a cumpre exatamente aquilo que fala lá atrás; o povo de Paranaguá está muito grato. O sonho se tornando realidade. Viva a nova política praticada pelo Governador Ratinho Junior! O povo parnanguara lhe diz: *muito obrigado, o senhor terá a resposta*. Senhor Presidente, Jacovós, dá licença. Senhor Presidente, vida longa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, o que nos traz hoje aqui é um desaforo, uma ameaça de um indivíduo, um elemento que é chamado de Lula. Esse camarada quer visitar as nossas residências, nossas casas, quer falar, quer juntar um grupo de desocupados, vagabundos para conversar com a nossa família, para conversar conosco. Coronel Telhada, Ex-Comandante da Rota, hoje Deputado em São Paulo, aqui o Coronel Lee – Ex-Comandante do Bope do Paraná. O nosso *modus operandi*, Coronel Telhada, é o

mesmo. A última vez que esse bando do MST e da esquerda vieram nos visitar, queriam conversar conosco no meio do mato, foram parar no inferno. Então, Lula, mande a sua turma toda falar conosco, de novo, porém vocês vão visitar seus amigos que estão lá. É esse nosso recado. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Tão rápido assim, Deputado Coronel Lee? Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas ao tempo em que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão. Quero, mais uma vez, dirigir-me ao Governador Ratinho Junior para solicitar que implemente as progressões e promoções e também implemente os quinquênios para os servidores que ficaram excluídos. Entre os servidores excluídos de promoções, progressões e quinquênios estão os servidores da educação, por exemplo, professores, professoras, funcionários e funcionárias de escolas. No mês de agosto do ano passado era a data para a progressão dos nossos funcionários de escolas e essas progressões não foram implementadas em 2021. No mês de outubro era a data para progressões dos professores, não foram implementadas, e os quinquênios também não foram. E aí muitos colegas, professores e funcionários estão perguntando: *E as promoções e progressões de 2021? E os quinquênios de 2021?* Ocorre que em 2020, quando foi aprovada nesta Casa a LDO, e orientamos para votar contra aquele artigo, aquele artigo maldito, da LDO, ele suspendeu a contagem de tempo de serviço para promoções, progressões e quinquênios para parte dos servidores do Estado do Paraná, incluindo aí professores e funcionários de escolas. Contado do dia 15 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021, esse tempo, se esta Lei não for modificada, só vai valer para aposentadoria, não tem efeito para promoções e progressões e quinquênios. É como se esse tempo não existisse na vida do professor e do funcionário de escola. Está errado! Por isso já fizemos várias reuniões com os servidores públicos e o Governo do Estado, que assumiu o compromisso de mandar um Projeto para esta Casa para revogar esse dispositivo da LDO de 2021,

permitindo, assim, a implementação das promoções e progressões e também dos quinquênios de 2021. É um absurdo, mais uma vez quero aqui me dirigir ao Governador, por meio do Deputado Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto, que também foi o Secretário da Administração do Estado do Paraná, administração e previdência, pedir a ele mais uma vez ajuda, empenho, para que possamos superar essa dificuldade. Sei que lá na Secretaria que V.Ex.^a foi Secretário, tem parecer favorável; lá na Educação tem parecer favorável. Precisamos destravar aqui, junto à Casa Civil, para que professores e funcionários de escolas possam ter as promoções e progressões de 2021. Fica aqui, mais uma vez, o nosso apelo, porque, do contrário, esse prejuízo fica irreparável na vida, porque fica uma lacuna, fica um vazio. É como se um ano os servidores da educação não tivessem trabalhado no Estado do Paraná. E trabalharam e trabalharam muito. Para aqueles e aquelas que não sabem, na pandemia, por exemplo, estavam na linha de frente professores e funcionários, inclusive para proteger a vida da população que não tinha alimentos, distribuindo alimentos pelas escolas para as famílias que precisavam de alimentos, e estavam também dando aulas, muitas vezes *on-line*, mais difícil do que aula presencial. Por isso fica aqui nosso pedido, mais uma vez, a nossa solicitação de que o Governo atenda a essa demanda porque é uma questão de justiça com os nossos professores e funcionários de escolas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, demais pares, quero parabenizar, inicialmente, o nosso Deputado Delegado Fernando pelo que ele disse aqui, principalmente com relação a essa questão... respeitamos aqui, logicamente, as ponderações da Oposição, mas especificamente nesse Projeto da proibição do tal passaporte sanitário, é bom deixar bem claro, como já falamos outras vezes aqui, que nós que defendemos os direitos e as garantias constitucionais fomos praticamente forçados a apresentar esse Projeto aqui em razão de muitas irregularidades ocorrendo principalmente em universidades

públicas, escolas públicas, então obrigaram que apresentássemos esse Projeto. Já disse ontem aqui também que não havia necessidade de o Projeto ser apresentado se não houvesse pessoas extrapolando possíveis poderes que eles acham que têm, mas que são, digamos assim, abuso de poder administrativo. Quero também aqui hoje trazer um agradecimento ao Secretário da Educação, ao Secretário Renato Feder, pelas melhorias que tem feito principalmente na área de informatização de escolas estaduais. Por conta de alguns recursos que foram liberados por meio da Fundepar, agradecer também ao Presidente Marcelo, da Fundepar, estive visitando no Vale do Ivaí algumas escolas estaduais onde fomos levar recursos da Fundepar, e, quando fui a esses colégios, o que percebi é que alguns programas, algumas ferramentas que foram implantadas pela Secretaria da Educação têm dado muitos resultados positivos. Em duas escolas, coincidentemente, cheguei no momento em que uma das professoras, a professora de português utilizava aquela ferramenta *Redação Paraná*, aí pude perceber como aqueles alunos estavam contentes usando essa ferramenta *Redação Paraná*. Em outra escola cheguei no momento em que os alunos estavam utilizando a ferramenta *Inglês Paraná* e também como essas crianças, como esses adolescentes estão contentes primeiro utilizando computadores novos e de última geração que foram encaminhados pela Secretaria da Educação e segundo por ter essa ferramenta em mãos. E conversei também com os professores e os professores muito contentes com todo esse material, uma ideia obviamente da Secretaria da Educação.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Claro. Pois não, meu caro colega...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não cabe aparte, Deputado, no Pequeno Expediente.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Ah, desculpe-me.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): O Presidente não permite! Mas aí, rapidamente dizendo, quero agradecer então aos Chefes de Núcleos ali da região de Apucarana, o Vlademir, que esteve nos acompanhando nas visitas, Chefe de Núcleo dedicado e competente, e também à professora Izabel Cristina, da região de Maringá, outra profissional muito dedicada também e competente. Esses recursos para a educação no Paraná são muito bem-vindos! Podem ter a certeza de que teremos a melhor educação do Brasil nessas escolas estaduais do Paraná. Os colégios cívico-militares também vão muito bem, obrigado! Temos algumas questões aí de contratação de gestores militares, mas isso está obviamente sendo bem cuidado também pela Sesp e pela Secretaria... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado. Já encerrou? Ok?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Concluído.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. No Grande Expediente, Deputado Marcio Nunes.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Marcio Nunes; e Goura.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente Ademar Traiano, 1.º Secretário Romanelli, Gilson, senhoras e senhores, meus colegas Deputados. O que me traz à tribuna nesta quarta-feira de manhã foi uma fala do Deputado Goura ontem, que respeito, temos alguns posicionamentos que são contrários, mas respeitamos, mas, na verdade, não pode ficar sem resposta. Ontem o Goura falava a respeito dos recursos muito importantes para o Paraná que são de uma multa de um derramamento de combustível da Repar no ano de 2001, 21 anos atrás. Vinte e um anos percorridos, o nosso Governo, por meio do Governador Ratinho Junior, por meio da nossa Procuradoria-Geral do Estado, buscou o que nunca ninguém buscou, um acordo com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, com o ICMBio, com o Ibama, com todos os envolvidos

e com a Petrobras, e conseguiu fechar um acordo que por 21 anos ficou esquecido por todos, mas conseguimos chegar a esse acordo. Chegando ao final desse acordo, valor apurado de um bilhão e trezentos e alguma coisa milhões de reais, desses já, no meu pensamento de forma errônea, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual exigiram, exigiram no acordo que esse recurso fosse ao Governo Federal, para o FDD, Fundo de Direito Difuso. A partir do momento em que esse recurso vai para o Fundo de Direito Difuso, esse discurso deixou de ser do Paraná, R\$ 400 milhões foram ao FDD e agora são disputados por todos os estados do Brasil – dinheiro que tinha que ser aplicado no Estado do Paraná e foi parar em Brasília. E, pior, lá no FDD, o dinheiro entrou contingenciado. O que quer dizer isso? Que não pode ser utilizado para nada, muito menos para as causas ambientais. E não vi em momento algum as organizações não governamentais, as ONGs, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, em nenhum momento fizeram qualquer tipo de questionamento ao FDD por que o dinheiro dessa multa, que é originária no Paraná, pode ser gasto em qualquer lugar do Brasil.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite um aparte na sequência, Deputado?

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Com certeza. Então, essa é a primeira parte. Dos recursos que ficaram no Estado do Paraná, aproximadamente R\$ 900 milhões, esse recurso veio para o Fundo Estadual do Meio Ambiente, coisa que nunca aconteceu! Quando vinha dinheiro de uma Ação Civil Pública, ele ficava bloqueado em contas específicas na Caixa Econômica, como tem inclusive 200 milhões que estão depositados na Caixa Econômica de 2020 também e que nunca tiveram capacidade de fazer projetos para que esse dinheiro pudesse ser utilizado. Mas desta vez não, conseguimos esse acordo que os 900 milhões viessem para o Fundo Estadual do Meio Ambiente. Esse recurso vindo para o Fundo Estadual do Meio Ambiente, como é um recurso oriundo de uma Ação Civil Pública, ele não pode ser aplicado pelo Conselho do Instituto Água e Terra, porque aí, quando vem o dinheiro ao Fundo do Meio Ambiente, ele se divide em duas etapas: uma etapa de conversão de multas, e isso o Conselho do Instituto Água e Terra decide; a

outra parte de uma Ação Civil Pública entra e tem que ser escolhida onde será aplicada pelo Fundo do Conselho dos Bens Ambientais Lesados, o CRBOL. Esse CRBOL foi constituído por esta Assembleia Legislativa com sete membros, colocando um membro do Ministério Público, com cadeiras que são intransferíveis, duas cadeiras para a sociedade civil organizada sem fins lucrativos, uma vaga para a Procuradoria-Geral do Estado, uma vaga para a Secretaria da Agricultura, uma vaga para o Instituto Água e Terra e uma vaga para o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, que estiver exercendo a cadeira. A partir do momento em que esses recursos vieram ao Fundo, fizemos inúmeras reuniões desse Conselho e este Governo, com ação municipalista, fez uma proposta de aplicação que foi aprovada nesse Conselho, R\$ 440 milhões que estão atendendo a 364 municípios dos 399. Só não foi atendido quem não tinha projeto ou quem não tinha certidão, todos os demais foram atendidos. E em processos que os Sr.^s Deputados conhecem bem, que são, por exemplo, a *Patrulha Ambiental*, e nesse Projeto da *Patrulha Ambiental*, que são caminhões para combate a pequenos incêndios, como os caminhões-pipa, que salvaram muitas áreas de mata no Estado do Paraná, que pegava fogo em um pasto, pega fogo em um lugar, em um lixão, e esse fogo vai e acaba entrando para dentro das matas. Então, esse caminhão foi espetacular. Todo mundo sabe. Todo mundo que representa os municípios sabe o papel que esse caminhão desempenhou, mas tem gente que acha que atender a incêndio florestal, pequenos incêndios, não é cuidar do meio ambiente. Também estamos aplicando esses recursos em caminhão para reciclagem de lixo, caminhão baú. Aí o Ministério Público vai a um município e multa o município porque ele não faz a reciclagem de lixo. Multa. Aí vamos lá fazer o barracão para reciclagem. Aí estamos dando o caminhão para reciclagem de lixo. E aí o Ministério Público e as ONGs estão dizendo que fazer barracão para reciclagem e dar o caminhão-baú para os municípios não é cuidar do meio ambiente. Mas, espera aí, se cuidar do lixo não é cuidar do meio ambiente, quero saber o que é cuidar do meio ambiente! Aí boa parte dos municípios do Paraná não tem ainda 100% de esgoto. E quando enche a fossa, tem que limpar a fossa e isso vai para onde? Então, temos o caminhão limpa-

fossa. Além do que, geralmente, não são todos os municípios que têm o serviço. É uma pena que o Deputado Goura está saindo para não ouvir. Não tem como tratar os resíduos. E aí o resíduo vai para onde? Vai para o rio. E os efluentes que vão para o rio contaminam o quê? Contaminam o solo, contaminam a água. Tanto é que o Ministério Público e as ONGs sempre fazem um carnaval com uma ação que chama percola, porque o chorume ele percola no solo e contamina o lençol freático, mas estão dizendo que caminhão para limpar fossa e tratar o efluente no lugar certo não é cuidar do meio ambiente. Também temos o caminhão para entulho, o disque entulho. Cidades grandes têm disque entulho, o pessoal vai lá e paga. Agora, o cidadão lá em um bairro de uma pequena cidade, Nelson Luersen, vai fazer uma reforma no seu banheiro, na sua casa, o que é que sobra? Caco de telha, tijolo, resto de areia, prego velho. Só não sobra cimento porque está caro. Primeira chuva: entope as bocas de lobo. Segundo chuva: vai parar tudo na beira do rio, dentro do rio. Então, fazemos esse trabalho com esse caminhão poliguidaste não é cuidar do meio ambiente? E assim afora, como o caminhão compactador de lixo também. Os municípios que estão sendo atendidos me mandam as fotos dos caminhões de lixo, geralmente, Douglas, o caminhão mais velho do município, de um pequeno município, que atendemos muitos, que a grande maior parte dos municípios do Paraná tem menos de 10 mil habitantes, o caminhão mais velho é o caminhão de lixo. Aí o caminhão tinha que passar, Homero, segunda-feira para coletar o lixo, mas quebrou a embreagem, porque é um caminhão velho, o caminhão tem 20 anos. Vai passar só na quinta-feira. Quando passou na quinta-feira, o lixo que estava separado, que era o reciclável do lixo normal, ou os cachorros, os animais já buliram, ou já choveu, bagunçou tudo. Aí o caminhão velho passa e pega, o coitado do coletor, e mistura tudo e leva embora. Aí a criança fala: *Pai, estamos separando o lixo, ensinaram na escola, mas aqui está tudo junto*. Então, um bom caminhão coletor de lixo para os municípios não é cuidar do meio ambiente? E assim também com relação ao combate à erosão. Aí o Deputado Marcel Micheletto conhece bem. O Estado do Paraná, infelizmente, antes da *Lei dos Loteamentos*, ele foi construído, a cidade, sem galeria de água pluvial. E, conforme o solo foi sendo impermeabilizado, essa

água vai parar em algum lugar, e as cidades vão para o buraco. Mas o mais grave: essa água e essa terra dessa erosão escolhe o lugar perfeito para ir, que é exatamente dentro de uma mina de água. Ela vai parar dentro de uma mina de água. E lá dentro dessa mina de água, ela afoga a mina de água. Quando ela afoga a mina de água, ela afoga o riacho. Quando ela afoga o riacho, ela afoga o rio, e aí estamos nessa crise hídrica extraordinária. Então, estão dizendo que fazer combate à erosão não é cuidar do meio ambiente. Também com o programa dos *Parques Urbanos* que falei ontem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Vou usar o horário da Liderança.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não pode, Sr. Presidente, enquanto não mudar a regulamentação. Não sou contra, viu, Deputado Marcio, até porque queria um aparte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não há regimentalmente, mas vou lhe conceder o tempo. O Deputado Romanelli pede um aparte aqui.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Vou dar o aparte para o Romanelli, depois vou dar um aparte para o Tadeu.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Permita-me, Deputado Tadeu...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Permito-lhe, quem não permite é o Regimento só.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Não, na verdade o Regimento... O senhor avoca exatamente qual dispositivo do Regimento que impede a somatória do...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Aquele que o senhor fez quando escreveu o Regimento aqui no tempo da pandemia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, vou respondê-lo. No SDR anterior realmente não era permitido, agora é permitido.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Ótimo, Sr. Presidente! Então, está pacificado, Deputado Romanelli. Se retornamos ao tempo anterior... Muito bem.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Porque não estamos mais utilizando o sistema SDR. Estamos no regime normal do Regimento. Por isso que, data vênia, entendo que é possível. Mas não quero polemizar com o Deputado...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Romanelli, então, só para contribuir. Então, o orador não tem 10, tem 15 minutos.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Perfeitamente.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Até conseguir mais cinco minutos. O senhor vê para ele agora.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Perfeitamente. E tanto tempo quanto for necessário. Vossa Excelência inclusive pode ceder o horário da Liderança do PT para ele poder falar. Deputado Marcio Nunes, queria primeiro cumprimentá-lo pela grande gestão que fez à frente da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Paraná. Foi uma inovação grande do ponto de vista daquilo que foi a proposta do Governador do Estado de poder fazer a racionalização administrativa, e deu muito certo. Além de projetos que, na minha avaliação, são estruturantes em relação à questão ambiental e, obviamente, dentro da ótica da sustentabilidade, que muita gente discursa, mas não sabe exatamente o que é sustentabilidade, e é isso que a Sedest vem fazendo. Mas queria, estou aproveitando esta oportunidade, e até chamei a atenção antes aqui,

Deputado Marcio Nunes, do Deputado Goura, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, porque chegou até mim uma informação relevante e esta Casa muito provavelmente não sabe disso, e vou comunicá-los aqui, permita-me o Deputado Marcio Nunes também. Em 2020, eu e o Secretário Marcio Nunes, fomos ao Ministério Público Estadual pedir autorização...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Em 2021.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Em 2020.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Em 2020, perdão.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Em 2020 ainda, fomos pedir autorização para que pudéssemos utilizar os R\$ 200 milhões que estão há 15 anos depositados na Caixa Econômica Federal, para poderem ser aplicados no combate à pandemia. A Promotora de Paranaguá foi intransigente. Por mais que houvesse boa vontade do Ministério Público, a Promotora foi intransigente no uso desses recursos. Mas, para minha surpresa, surpresa grande mesmo, Deputado Tadeu, sabe para onde foi o dinheiro dos 200 milhões, Deputado? Estou me referindo àquele desastre ambiental da Olapa, que ainda se não me engano era o Governo Requião até quando aconteceu, ou o Governo Requião foi logo depois. Em Paranaguá, o oleoduto, quando tivemos um grande derramamento de óleo, aquela tragédia.

Deputado Tadeu Veneri (PT): O oleoduto de Paranaguá. Antes dele foi o Vicuña.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): O desastre de Olapa, que é como ficou conhecido. Na verdade, o Estado recebeu a indenização da Petrobras, R\$ 200 milhões hoje, eram 150 milhões, está atualizado em 200 milhões, mas a minha surpresa foi que o Ministério Público Federal e Estadual decidiram, agora, recentemente, passar para uma ONG do Rio de Janeiro, uma sociedade civil sem fins lucrativos, a Funbio, R\$ 70 milhões para eles fazerem os projetos pelo Rio de Janeiro. Em vez de passar o recurso para o Estado, que tem os órgãos aqui de

controle, que tem o Ministério Público próximo do Fema, ou seja, que temos as condições porque é o nosso Estado, o dinheiro é do Paraná. Estou surpreso e aí, Deputado Goura, peço que a Comissão do Meio Ambiente... Vou reapresentar na Comissão de Meio Ambiente o Requerimento, para que a Comissão de Meio Ambiente de fato aprofunde essa questão, porque a mim me parece um despropósito, e salvo que tenha alguma explicação muito boa, 70 milhões para uma empresa, uma ONG, uma sociedade civil sem fins lucrativos do Rio de Janeiro, para fazer Projeto na área ambiental para o Paraná? Data vênia fiquei muito surpreso. Não sei, Deputado Marcio Nunes, se o senhor conhece esse desdobramento, se o senhor sabe desse caso dessa ONG, porque recebi as informações que tenho, enfim, boas pessoas com quem conversei e estou surpreso com isso. Representar junto à Comissão de Meio Ambiente, para que a Casa haja no sentido de esclarecer, diligenciar, por que o Estado do Paraná permitiu ou por que o Ministério Público Estadual e Federal permitiram transferir R\$ 70 milhões para uma ONG no Rio de Janeiro, na área ambiental, como se aqui não tivesse ninguém competente para poder fazer projetos. A mim me parece um despropósito. Parece aquele fundo que o Deltan Dallagnol, aquela vez que ele ia criar de dois bilhões lá, para poder fazer investimento em mídia. Vocês se lembram desse episódio. Então, não quero comparar aqui aquele momento lá do *lava-jatismo*, mas me surpreendi muito com essa transferência de recursos para o Rio de Janeiro. Acho que esta Casa tem que, por meio da Comissão de Meio Ambiente, diligenciar para poder esclarecer isso. Obrigado.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): O Deputado Romanelli falou muito bem. Vejam, é outro desastre. Estamos falando de *outros quinhentos*. Esses são 200 milhões, em um desastre que aconteceu também em 2000, antes desse, que tem um acordo, que tinha lá 200 milhões, nunca usaram esses 200 milhões. Agora, pasmem, o Deputado Romanelli comunicando. Peço ao Deputado Goura, que é muito diligente, que possa assinar conosco pedido de informações ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, como é que 70 milhões do Paraná vão parar no Rio de Janeiro, para um tal de Funbio? Será que aqui no Paraná não tem nenhuma instituição que pode fazer ou que entende os projetos no Paraná?

Aí, o Delegado Fernando falou muito bem, eles estão dizendo, Goura, desculpe-me, que a sociedade não é ouvida. Agora, entendo que represento o povo. Agora, quando ele se desvaloriza, dizendo que não ouvimos a população, ele desvaloriza toda esta Casa, todos nós, aqui, que fomos eleitos para representar a população. Inclusive, o Governo do Estado que foi eleito por maioria absoluta, comanda o Governo, fala em nome do povo e sabe o que precisa fazer. Tanto é que fez um programa de Governo e tem executado esse programa de Governo. Agora, esses 70 milhões que foram parar no Rio de Janeiro, para essa tal de Funbio, todos aqui acreditamos que queremos saber como é que o dinheiro do Paraná, 70 milhões, vão parar no Funbio, no Rio de Janeiro. Não é possível. Vamos apurar isso, não é, Romanelli?

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Com certeza, Tadeu.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado. Só ia fazer uma consideração, que ontem conversamos a respeito disso, que esse recurso específico que estamos falando, aqui, Deputado Romanelli, que é do acidente de derramamento de algumas centenas, algumas centenas de milhões de litros de óleo no Rio Iguaçu, por ter havido um acidente na Petrobras, na Refinaria da Petrobras, em Araucária, parte dele deverá ou deveria ser utilizado desde o início. Quando o senhor falou que nenhuma ONG se manifestou, peço licença para fazer uma correção. A AMAR, Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, sempre foi contrária a tirar os recursos que eram destinados à recuperação do Rio Iguaçu e levá-los para outras atividades que não esta. Foi justamente com a Amar e a Amar, inclusive, entrou com ações contra isso, foi justamente com a Amar que surgiu a proposta do corredor de biodiversidade, desde o Alto Iguaçu, Piraquara, até a foz, que recuperássemos todo este que é o maior rio que temos no Estado do Paraná, o rio que atravessa de um lado ao outro, praticamente, em todo o Estado, de uma ponta a outra, e que é o segundo rio mais poluído do Brasil, e só não é mais poluído do que o Tietê. Depois do Tietê, o rio mais poluído do Brasil é

o Rio Iguaçu, por todos os processos, por passar dentro de grandes cidades, mas só como referência, talvez, esse seja um debate que devamos fazer aqui, Deputado Marcio, porque o senhor sabe que a Bacia do Iguaçu, com mais de uma centena de cidades, só tem captação de água para consumo humano em uma cidade, só em União da Vitória. Nenhuma outra cidade faz captação de água do Rio Iguaçu, porque é um rio extremamente poluído. Então, fica aqui também como uma referência fazermos na Assembleia um movimento para que tenhamos também um corredor do Iguaçu e possamos recuperar o Rio Iguaçu, que é o maior rio que temos no Estado do Paraná. Obrigado, pelo aparte.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Com certeza, Tadeu. Só lembrando o seguinte, o único que ficou fora do acordo com a Petrobras foi justamente a Amar, que está discutindo com a Petrobras. Ela está pedindo R\$ 120 milhões da parte dela. Então, a Amar pode muito bem pegar esses 120 milhões da parte dela e aplicar onde ela bem deseja... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, agora vou lhe conceder um minuto para concluir.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Peço para o Marcel se posso usar o horário da Liderança. O Marcel vai falar alguma coisa? Posso usar o horário da Liderança do PSD.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, aí vamos exceder. Vossa Excelência está usando a Liderança do PSD.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Vou concluir. Então, está bom. Vou concluir. Mas dizer o seguinte, que também 120 milhões, 120 milhões foram indicados para fazer chamamento público, para atender às ONGs e às universidades aqui no Estado do Paraná, dinheiro esse também que está esperando recurso ser liberado pelo Juiz Federal. Lembrando que quando existe uma dúvida entre as partes, quem decide é a Justiça. O nosso pensamento é totalmente contrário do pensamento das ONGs e do Ministério Público do Gaema,

aqui no Estado do Paraná, porque eles são ambientalistas radicais e queremos e criamos a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, que faz crescimento, desenvolvimento, gera emprego, renda. Fez o Paraná o número um em sustentabilidade do Brasil pela ONU, fez o número um em competitividade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O seu tempo encerrou, Deputado Marcio. Sou obrigado, agora, a cortar. Apenas para dizer o seguinte, com 70 milhões, faríamos 1.500 casas populares aqui no Paraná. Acho que é um bom recado.

DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Galo.*

DEPUTADO GALO (PP): O Deputado Romanelli fez um movimento aqui, Sr. Presidente. O senhor acabou de falar, não podemos nos calar. Por favor, é muito sério o que o Romanelli colocou. A Assembleia tem que reagir a favor do que está sendo colocado. Grato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, por favor. Antes disso, quero registrar a presença do Vereador de Arapongas, Sr. Toninho da Ambulância, por solicitação do Deputado Cobra Repórter; do Prefeito de Cambará, Sr. Neto Haggi, é isso? Por solicitação do Deputado Romanelli. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Senhor Presidente. Bom dia a Vossa Excelência, a todos os Parlamentares. Obrigado, Deputado Marcio, por trazer o debate. Como falei, nas últimas duas Sessões, aqui, é muito importante esse respeito mútuo. Esta é uma Casa de divergência, onde vamos buscar, sim, a transparência, colocar na mesa os debates importantes para o povo paranaense. Quero começar justamente com o ponto que o senhor termina, que é uma crítica

que fizemos, desde o início da gestão do Governador Ratinho Junior, quando se extingue a Sema, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, cria-se uma Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo. Assim como rebaixamos a Secretaria, nós, não, o Governador Ratinho Junior, a Secretaria da Cultura a uma Superintendência da Cultura, divergimos, mas entendo que deveríamos manter, sim, um órgão ambiental e não é apenas questão de nomenclatura, é uma questão, sim, de intenções, de vontades, de perspectivas e divisões da coisa pública. Discordo, Deputado Marcio Nunes, que existe um ambientalismo radical ou que o Gaema, que o senhor mencionou, é composto por ambientalistas radicais. É importante lembramos aqui que o questionamento que as ONGs e o Ministério Público fizeram à Justiça, é que o Governo do Ratinho Junior não estaria cumprindo, não está cumprindo o estrito acordo judicial referente a esse recurso bilionário. O senhor está correto ao lembrar-se da importância desse recurso para o Estado do Paraná. Nunca houve uma multa tão grande, uma entrada de recursos tão significativa, no Fundo Estadual do Meio Ambiente. Aqui, lembro, R\$ 1,39 bilhão, sendo que 931,2 milhões destinados ao Governo do Paraná. Um ponto que o senhor falou, aqui, por que não se questiona esse recurso que foi para o Governo Federal? Porque é o que está na Justiça, é o que a Justiça determinou. Então, a Justiça determinou que parte desse recurso fosse para o Fundo Nacional. Pois bem, o que questionamos, Deputados, o Governo do Estado deve garantir o orçamento próprio para estradas rurais; deve garantir orçamento próprio na Secretaria do Meio Ambiente também para gestão de resíduos em apoio aos municípios e não é correto, no nosso entendimento, e é o entendimento que está sendo questionado na Justiça, gastar R\$ 43 milhões da multa da Petrobras, da multa, Tadeu, oriunda desse desastre ecológico profundo no rio mais importante do nosso Estado, gastar 43 milhões para estradas rurais. Isso deveria estar no orçamento do próprio Governo, já previsto. Então, existe, sim, um desvio de finalidade no uso desses recursos. Também o Projeto de *Parques Urbanos*, que tem, sim, o seu mérito ambiental, reconheço isso, já falei isso em Plenário, Projeto importante, mas tem que ser feito com recursos próprios da Secretaria do Meio Ambiente. O Governador Ratinho Junior, a Oposição já

falou aqui várias vezes, mais de R\$ 17 bilhões de isenções fiscais, poderíamos aqui R\$ 57.7 milhões destinados aos parques urbanos, desviando do acordo judicial, esse recurso para os parques urbanos tem que ser destinado por parte do orçamento próprio do Governo do Estado e não retirado da multa da Petrobrás. Gente, quero lembrar aqui, senhoras e senhores, estamos falando de 4 milhões de litros de petróleo cru despejado sobre o Rio Iguaçu. Foi o desastre ambiental mais devastador que já vimos. Então, Secretário, Ex-Secretário, Deputado Marcio Nunes, a quem presto os meus respeitos, como presto a todos os Parlamentares aqui, queremos, sim, o estrito acordo judicial, é isso que está, sim, em debate atualmente na Justiça. Entendo também, Secretário Romanelli, que o senhor traz um alerta, a nossa Comissão dará plena atenção aos pontos que o senhor trouxe aqui em Plenário, e assim que tiver as informações virei aqui para prestar esses esclarecimentos. É muito importante que pensemos de forma sistêmica. Já fiz aqui críticas sérias à maneira também como as PCHs, as pequenas centrais hidrelétricas, que não têm nada de pequenas, o impacto é enorme, Deputado Nelson Justus, impactos enormes para o meio ambiente, elas passaram no Governo Ratinho Junior com uma celeridade nunca vista antes, e não há por parte do nosso órgão ambiental uma avaliação sistêmica de tantas PCHs nas nossas bacias hidrográficas, tantas PCHs sendo implantadas sem um olhar sistêmico de como que a ecologia, o equilíbrio ecológico, previsto na Constituição, fica ameaçado com esses represamentos dos nossos rios. E estamos falando, não há, existe o EIA/Rima pontual, mas não existe uma avaliação sistêmica da bacia. Pegamos o Rio Chopim, pegamos outras bacias, a própria bacia do Rio Iguaçu, que está lotada de represamentos. Então, o que queremos, Deputado Romanelli, é justo, pensemos esse olhar sistêmico dos impactos ambientais. Mas falo aqui, concludo, dizendo, Deputado Marcio Nunes, que vamos acompanhar o estrito acordo judicial. É isso que queremos. Como o Deputado Tadeu Veneri disse, as ações voltadas com recurso da Petrobrás também devem atender à recuperação ecológica do Rio Iguaçu. Precisamos olhar com muito mais atenção para a saúde, para a ecologia desse rio tão importante, Luciana Rafagnin, e que aqui mesmo, na capital do Paraná, ele já sai poluído de Curitiba; ele já sai extremamente poluído

da região metropolitana, e temos que ter esse olhar, sim, para o Rio Iguaçu. São esses pontos, Sr. Presidente, 38 milhões em caminhões-pipas para atender a 150 municípios, os recursos milionários para estradas rurais, para parques urbanos, são projetos que têm, sim, impacto ambiental, mas não estão previstos no acordo judicial. E, por fim, lembro, o acordo fala também de investimento nas unidades de conservação, nos nossos parques estaduais, e estamos concluindo aqui o quarto ano da gestão Ratinho Junior, espero que seja o último, e não vimos ações efetivas para os planos de manejo dos nossos parques. Já subi a este Plenário, Parque Estadual do Pico Paraná, Parque Estadual do Conjunto Marumbi, que estava lá quando o senhor chegou no começo da legislação da gestão, Deputado Marcio Nunes, até hoje em dia não vemos o efetivo cuidado; Parque Estadual da Serra da Baitaca, um dos mais visitados aqui na região metropolitana, que compõe o Morro do Anhangava, o caminho histórico de Itupava, não temos o seu plano de manejo. Temos ali a presença de alguns fiscais do IAT, mas não temos a efetiva presença do Estado em um parque com potencial turístico imenso, imenso, mas que não está sendo olhado pelo Governador Ratinho Junior. Então, sobre a multa da Petrobrás, aguardamos com muita diligência, com muita atenção, que mais uma vez friso, o acordo judicial seja devidamente respeitado. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Deputado Marcio Nunes. Faremos, sim, esse bom debate.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Marcio Pacheco.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Marcio Pacheco (REP); Ricardo Arruda (PL); Maria Victória (PP); Tadeu Veneri (PT); Requião Filho (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Deputado Tercílio Turini, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, venho a esta tribuna nesta manhã para falar sobre alguns assuntos. Quero começar, com grande alegria, Deputado Marcio Nunes, hoje celebrando mais uma primavera, 45 anos, graças a Deus bem

vividos de vida. E há pouco conversava com o Deputado Romanelli, e dialogávamos que às vezes não paramos para percebermos o quanto de graças que Deus nos concede durante toda uma vida. Graças que não temos como agradecer, não tem como você pegar e agradecer a Deus à altura da importância das graças que Deus nos concede. Então, todos os dias são graças de graça. Isso que é a grande dádiva da vida, você receber o dom de poder falar, de poder viver, de poder pensar, sem comprar, não pagamos por isso, ganhamos de Deus de graça. Então, estou muito feliz neste dia, e tenho algumas grandes graças que quero agradecer, de maneira especial pela minha família, pelos meus amigos, são tantos, graças a Deus, pela oportunidade de estar aqui neste dia, nesta Casa de Legislativa, enquanto tantos sonham com um dia poder estar aqui, estamos aqui. Então, um grande presente. À equipe, que Deus me dá a graça de ter, e também, claro, à saúde e à paz e principalmente à fé, que é o que move a minha vida, é o que sustenta o nosso viver no dia a dia. E de maneira pontual quero comemorar este dia com duas grandes conquistas, vamos assim dizer, com duas grandes graças, como sempre digo. A primeira delas é de ver hoje, enfim, acredito e assim espero, a votação final praticamente, porque depois fica só a Redação Final, desse Projeto que trabalhamos tanto aqui na Casa, Deputado Elio Rusch, para ver aprovado, que é o Projeto que proíbe a exigência do passaporte sanitário em todo o Estado do Paraná. Considero isso um presente, para mim, que estive à frente trabalhando em torno desse Projeto, para os autores do Projeto, que tanto trabalharam, para as pessoas que se mobilizaram e para a sociedade paranaense, que passa a ter segurança jurídica, para não ser obrigada a se submeter a algo que é completamente ineficaz, a se submeter a algo que é completamente segregador, burocratizante e ilegal. As pessoas estão sofrendo com isso. E o Delegado Fernando foi muito feliz quando disse do desserviço, do desserviço que prestarão os Deputados que não concordam com o fim do passaporte, de ingressarem na Justiça para questionar, traz só insegurança jurídica. É uma manifestação clara daqueles que parece que não sabem perder em um jogo. E aqui não é um jogo, aqui é uma votação de homens responsáveis e muito equilibrados. Desconsideram, desprestigiam, desrespeitam a votação e a

aprovação em cinco Comissões da Casa; desconsideram, desprestigiam a votação e a aprovação em três votações por ampla maioria no Plenário, e mais uma votação de redação final. Então, Deputado Fernando, V.Ex.^a foi muito feliz quando apontou esse desserviço que prestarão, caso os Deputados persistam nesse entendimento, de ingressarem na Justiça por algo que o Poder Legislativo está reconhecendo e que é completamente amparado na legalidade, ainda que, e acreditamos, que o Tribunal de Justiça vá manter a constitucionalidade, mas é sempre para causar confusão, para entrar no holofote e falar: *Estamos questionando!* Qual a vantagem que tem isso? Perdeu a votação, meu irmão, aceita, aceita, porque aqui é o Poder Legislativo, aqui é o Poder democrático, aqui tem a democracia, tem o direito de falar, tem o direito de votar, mas tem que aceitar quando ganha e também quando não ganha. Agora, essa iniciativa de ficar toda vez questionando na Justiça, quer dizer, é judicializar o Poder Legislativo, é um absurdo, quero prestar aqui o meu repúdio a essa ação, que muitas pessoas: *Ah, mas vão questionar na justiça.* Que serviço que ganha nisso? Se o Poder Legislativo aprova e o Poder Executivo sanciona, temos que respeitar isso. Mas o principal motivo da minha fala nesta tarde, nesta manhã, Sr. Presidente, é para registrar outro presente que me concedem alguns grandes Deputados desta Casa, com todo o respeito que tenho a todos, mas, de maneira muito especial, aos Deputados que integram agora a Bancada do Republicanos. A partir de hoje passo a exercer a Liderança desse Partido aqui na Assembleia Legislativa. E para mim isso é motivo de grande honra, porque estamos falando de grandes Deputados. Quero fazer o destaque a esses, de maneira especial, à Deputada Cantora Mara Lima que assume a Vice-Liderança. Uma Deputada que foi eleita a Vereadora mais jovem de Curitiba, da história, em 2007, Deputado Pastor Gilson, e que depois disso sempre foi eleita. Está no terceiro mandato de Deputada. Tem que respeitar uma pessoa que consegue um terceiro mandato consecutivo na Assembleia Legislativa. Empresária, radialista e um grande serviço que faz em defesa das mulheres e que me dá a honra também de consentir que seja o Líder desta Bancada, Deputado Marcel Micheletto. Falar do Deputado Delegado Fernando, que acaba de falar agora há pouco também. Um grande homem

público. Quinze anos como Delegado da Polícia Civil. Doze anos trabalhando no serviço operacional, desmantelando quadrilhas que tanto horror traziam para a região onde ele atuou, ali na região de Umuarama, Maringá, e que teve, inclusive, a honra de ser homenageado internacionalmente em 2010 pelo combate à pirataria que tanto transtorno traz para economia e para o nosso Estado do Paraná. Então, Delegado Fernando, V.Ex.^a que é Deputado, que me dá a honra também de assumir a Liderança. Fico muito honrado com isso. O querido Deputado Alexandre Amaro. Nosso paranaense desde 2010 e que tantos amigos, tanta gentileza, tanta diplomacia que tem para lidar. Grande pastor. Grande homem público envolvido nas questões sociais, defensor do esporte. Então, Pastor e Deputado Alexandre Amaro, é uma honra para mim também poder assumir a Liderança tendo V.Ex.^a como Deputado do Partido Republicanos. Já autor de 21 leis em apenas três anos e meio de mandato. É um grande Deputado. Receba o meu apreço, o meu carinho por essa honraria que me dá de ser o Líder dessa Bancada. Finalizo, não menos importante, nosso Deputado, meu querido amigo Deputado Homero Marchese, também uma história meteórica, parecida com a minha lá no começo, elegeu-se Vereador em 2016. Vereador mais votado de Maringá, mais de 6 mil votos na história de Maringá. E apenas dois anos depois se torna Deputado Estadual, já com 46 Projetos de Leis, 16 leis de sua autoria. Grande profissional do Tribunal de Justiça, antes de ingressar na vida pública como Deputado. Então, Deputado Homero, para mim é uma grande honra também fazer parte dessa Bancada e liderar essa bancada por quanto tempo for oportunizado. E muito importante saber do crescimento do nosso Partido Republicanos, Partido que mais cresceu na Assembleia Legislativa. Passando de um Deputado apenas, Deputado Ricardo Arruda, para cinco Deputados. Crescimento de 400%, proporcionalmente aos demais partidos. Então, estou muito honrado também de fazer parte dessa Bancada, desses Deputados que vão fazer a quarta maior Bancada da Assembleia Legislativa. Todos estamos em sintonia, dando o total apoio ao mandato brilhante que vem fazendo o nosso Governador Ratinho Junior que, aqui quero dar, mais uma vez, as boas-vindas ao Deputado Marcel Micheletto, que conte com o nosso apoio. O Partido também cresceu muito

no Congresso Nacional, com 42 Deputados Federais, é a sexta maior Bancada do Congresso Nacional. E o que me motivou, de maneira fundamental, a ingressar nesse Partido é o que está no primeiro parágrafo do manifesto de criação do Partido, é o que me representa. Somos um Partido, um movimento político conservador. E é o que sou, de fato, defesa das pautas conservadoras. Fundamentado nos valores cristãos e tendo a família como alicerce da sociedade. É nisso que acredito. Tendo a livre iniciativa, a preservação da soberania nacional e a liberdade econômica. É isso que defendemos e é isso que me representa. E é por isso que estou neste Partido brilhantemente conduzido no Estado do Paraná pelo meu conterrâneo de Cascavel Valdemar Bernardo Jorge, grande Secretário de Planejamento, que agora se licenciou, mas que fez um grande trabalho. Um homem que, realmente, merece o nosso elogio, o nosso apreço, o nosso carinho. Então, quero apenas registrar essa alegria de, neste dia, receber dois grandes presentes: a aprovação do fim do passaporte sanitário e assumir a Liderança do Republicanos aqui na Assembleia Legislativa. Concedo um aparte a V.Ex.^a, Deputado Homero Marchese.

Deputado Homero Marchese (REP): Deputado Marcio, só para parabenizá-lo pelo aniversário, 45 anos, é isso?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Quarenta e cinco. Mais de 15 mil dias, Deputado Homero.

Deputado Homero Marchese (REP): O senhor fez a conta?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Fiz a conta.

Deputado Homero Marchese (REP): Deus o abençoe e que o senhor possa também, na função que assume como Líder do nosso Partido, ter um bom desempenho. Tem sido ótima a legislatura do senhor. E conte com o nosso apoio. Parabéns.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Deputado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Com certeza, Deputado Alexandre Amaro.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Quero parabenizá-lo e parabenizar toda essa Bancada agora, os Deputados que fazem parte do 10, Homero, a Mara. Agora o 10 tem o Amaro, Homero e a Mara. Ficou meio que combinando. E o Pacheco também conosco. E é muito importante essa Bancada fazer esse trabalho, essa diferença. Claro, o Delegado Fernando também. Então, vamos trabalhar aqui nesse propósito, nesse objetivo, nesse intuito de fazermos aqui, no Paraná, esse trabalho repercutir na Assembleia Legislativa. E parabenizo o senhor e todos os que vieram para o Republicanos 10.

Deputado Bazana (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Deputado Bazana.

Deputado Bazana (PSD): Aproveitar para parabenizar o Deputado. Muita paz, muita saúde... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, para concluir.

Deputado Bazana (PSD): Que Deus o proteja muito. Muita saúde. E você é um cara fantástico que aprendi a conhecer aqui nesta Assembleia.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Obrigado, Bazana. Em teu nome, quero agradecer todos os demais cumprimentos que já recebi no grupo ali dos Deputados da Base. Enfim, que estou recebendo de todos os Deputados pessoalmente. Agradeço muito a gentileza, o carinho. E finalizo também só registrando uma grande conquista para o Republicanos, a vinda do Deputado Federal Diego Garcia, que vem se somar, dois Deputados, com o Deputado Aroldo Martins. Vamos trabalhar para reelegê-los e, quem sabe, aumentar a nossa Bancada no Congresso Nacional. Que Deus abençoe a todos. Um bom restante de semana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas, Deputadas, Deputados e a todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bem, hoje é a terceira votação desse Projeto polêmico. Projeto esse que foi uma luta. Projeto n.º 655/21 que proíbe o passaporte sanitário ou o comprovante de vacinação no Estado do Paraná. Digo que para chegar até aqui foi uma grande luta. Por isso, é uma grande vitória. Iniciei esse Projeto no final de 2021, Deputado Tercílio. Fiz movimentos de rua, carro de som, camiseta, adesivos, grupos de *WhatsApp*, *Instagram*, *Facebook*. Foram centenas de debates até chegar aqui a esta Casa. E, com a união dos Deputados que se somaram como coautores ou como relatores, essa união dos Deputados desta Casa e da população que nos deu essa vitória tão importante. Projeto esse que tem um único objetivo, único, garantir o direito de ir e vir das pessoas sem a obrigatoriedade de um comprovante de vacinação, como sempre foi. Digo vacinação da Covid. Ora, algo tão normal. Um Projeto que mantém a nossa liberdade constitucional, que é lei federal. Então, vou na linha dos meus colegas Deputados e vou pedir aqui ao meu colega Deputado Romanelli e Deputados do PT, que deram entrevistas e falaram que vão entrar no TJ para tentar tirar esse Projeto. Primeiramente, quando esta Casa, o Parlamento aprova um Projeto em sua maioria, que tem aprovação do Governador do Estado, que vai sancionar a lei. O Governador sancionando a lei, isso que dizer que o Secretário de Saúde aprova esse Projeto também. Projeto esse que a Organização Mundial da Saúde já se posicionou contra o passaporte sanitário, comprovação de vacina da Covid, porque sabe que é ineficaz a comprovação dessa vacina, porque tanto os vacinados como os não vacinados pegam e transmitem Covid. Então, passaporte não serve para nada, a não ser para tirar os nossos direitos da liberdade que temos. O Conselho Federal de Medicina foi na mesma linha, é contra a comprovação do passaporte sanitário da vacina da Covid porque já disse que não tem efeito nenhum para garantir a saúde de ninguém. Então, é incontestável esse Projeto. E se entrarem no TJ, acho que está havendo uma coisa muito ruim no Brasil, porque os Parlamentares, em geral,

em vez de estarem unidos no Legislativo, estão se curvando ao Judiciário. Isso aconteceu em Brasília quando o STF, Ministro Alexandre de Moraes, arbitrariamente, mandou prender o Deputado Federal Daniel Silveira pelas palavras porque ele gravou um vídeo e ele está garantido no art. 53 e diz, no trechinho, quaisquer palavras; ah, falou demais, ofendeu, processe. Agora, prender um Deputado... Deputado Micheletto, permitir que um Deputado Federal vá preso porque falou, isso abriu um precedente seriíssimo aqui para nós legisladores. Seriíssimo!

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado, permite-me um aparte na sequência?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Um minutinho já dou. Abriu um precedente gravíssimo. Creio que esta Casa jamais se curvaria a uma ordem arbitrária, pode ser do STF, pode ser até do Papa, não podemos nos curvar. Temos que respeitar a nossa Constituição Federal, o nosso direito de parlamento, de fala na tribuna, ou fala em qualquer lugar. A lei diz que somos Deputados 24 horas por dia, não tem lugar. *Ah, é na tribuna!* Não, é em qualquer lugar. Então, não podemos jamais permitir que o parlamento se enfraqueça perante outro Poder. É inaceitável isso e está acontecendo muito no Brasil, porque tivemos uma Câmara Federal covarde, não em sua maioria, mas na maior parte que permitiu a prisão e temos um Senado mais covarde ainda, eles não têm coragem de enfrentar o STF. Por isso que não se pode eleger Deputados com *rabo preso*, que devem no STF. Não pode! Aí o povo fica refém. O povo fez um abaixo-assinado, foram 2.7 milhões de assinaturas pedindo o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. E o seu Rodrigo Pacheco, covarde, que deve na Justiça, fala que não, que não quer conflito entre os Poderes. O conflito está aí, eles já invadiram o Poder e o único que pode frear é o Senado e o Senado se calou, Deputado Romanelli. Isso é lamentável o que estamos vendo aqui e no Paraná temos três senadores invisíveis que não se manifestam, nem “*sim*”, nem “*não*”. Estão a passeio. Também acho que é o último mandato deles, espero que sim, porque o

povo aqui do Paraná não é bobo, é inteligente e vai saber votar da próxima vez.
Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Por primeiro quero dizer que concordo integralmente com V.Ex.^a em relação a essa análise que fez sobre a prisão e o processo contra o Deputado Daniel Silveira. Por mais que divirja profundamente do que ele fale, entendo que ele é hoje um preso político no Brasil, entendo que é descabido. Aliás, disse isso no dia da prisão dele, manifestei isso em um *Twitter*, até. Muitos inclusive que depois até perderam o mandato por outras razões foi aplaudida essa decisão, que, para mim, foi um despropósito e continua sendo, diga-se de passagem. Quero dizer, via de regra, sou radicalmente contrário a qualquer interferência do Poder Judiciário durante o processo legislativo. Sou radicalmente contra, todos sabem disso, insurjo-me contra isso. Inclusive já questionei vários Parlamentares em outros momentos sobre isso. Por outro lado, Deputado Ricardo Arruda, em relação a essa decisão que foi tomada ontem de colocar fim à exigência de qualquer tipo de comprovação do ciclo vacinal completo, a mim me parece que é um desserviço do ponto de vista do estímulo ao processo de vacinação. Sempre vi dessa forma. Propus inclusive ao Deputado Marcio Pacheco, propus a ele uma alternativa que era uma emenda substitutiva, com um viés que mantinha na essência o que pretendiam V.Ex.^{as}, mas que estimulava a questão da vacinação. Ele não aceitou a minha proposta e aí não apresentei emenda no processo aqui. Entendo assim: a discussão sobre a questão da constitucionalidade haverá independentemente de eu querer ou não, porque certamente outros órgãos e outras instituições e Parlamentares o farão. E estou efetivamente convencido juridicamente de que o Projeto, de fato, é inconstitucional. É um convencimento meu, mas respeito sempre as decisões desta Casa. O Governador vai sancionar o Projeto e obviamente vamos analisar, enfim, se juridicamente cabe ou não. Claro, vivemos outro momento da pandemia e entendo que as regras podem ir sendo liberalizadas, aos poucos, mas entendo que essa decisão deveria estar muito focada na decisão das autoridades de saúde. Vai que piora amanhã? Espero que não, Deus queira que não. Mas a preocupação é de termos uma lei que impeça a adoção de medidas sanitárias e

efetivas, se forem necessárias. Na minha avaliação é isso. No mais quero dizer que concordo com o pensamento e acho que a liberdade de expressão e manifestação do pensamento, especialmente do Parlamentar na sua imunidade ele é absoluta e não podemos transigir em relação a isso. Concorde plenamente.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Deputado Romanelli. Sabemos que o senhor é um defensor da democracia e é muito bom saber que esta Mesa Executiva da Casa tem esse pensamento, que ninguém se atreva, nenhum Poder se atreva a interferir aqui em nossas falas e em nossos atos. Nosso Poder é esse, um povo nos elege para ter voz e dizer o que o povo quer. Então peço, até o Deputado Romanelli que entendo a sua preocupação com vacinação, mas como no Paraná 90% praticamente já se vacinaram, não temos esse problema. Peço para que o senhor reveja esse conceito. Vamos debater para que sigamos na mesma linha, que é o que o povo também deseja, que a população tem preocupação com a nossa liberdade. Deputado Marcio Pacheco.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Acho que vai interromper em seis segundos, mas, enquanto isso, vou falar em 30 segundos apenas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, para concluir.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Apenas para registrar a atitude do Deputado Romanelli – é feliz quando coloca o nosso enfrentamento, meu repúdio, Deputado Romanelli, é que esta própria Casa judicialize o que aqui acontece. Não podemos impedir que o Ministério Público, por exemplo, impetre com uma ação de inconstitucionalidade. Isso é outra instituição. Agora esse anúncio que tem sido feito de maneira quase que grosseira, de que os próprios Deputados vão entrar contra o próprio Poder Legislativo, isso é uma afronta, é um desprestígio ao Poder, é um desrespeito ao pensamento e ao voto dos demais Deputados que votaram majoritariamente. Então, isso temos que repudiar. Se houver de outra instituição não podemos questionar, agora, daqui, fica o meu repúdio nesse sentido. Parabéns pela fala, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Muito obrigado. Obrigado, Romanelli. Obrigado, Marcio Pacheco. Acho que esta Casa, como sempre, acaba fazendo a melhor decisão para manter a lei, para manter a vontade popular, para manter o que é correto e o que é justo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Maria Victória.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, bom dia a todos. Quero começar a minha fala cumprimentando o Deputado Estadual e aniversariante do dia, Marcio Pacheco, brilhante Parlamentar que tem uma bela atuação também na CCJ. Muitos anos de vida, que Deus o abençoe sempre. Quero aqui também agradecer de forma especial o tempo em que estive Líder da nossa Bancada Progressistas aqui na Assembleia Legislativa, agradecer aos colegas Luiz Carlos Martins e também Gilberto Ribeiro, que segue outro rumo partidário, mas sempre em nossos corações estaremos sempre juntos. Quero agradecer a confiança, para mim foi uma grande experiência, que muito me honrou estar à frente da Liderança do Progressistas aqui nesta Casa. E com o crescimento significativo do nosso Partido não só aqui no Estado, mas também em nível nacional, somos hoje a terceira maior Bancada da Assembleia Legislativa. Muito engrandece o nosso Partido a vinda do Deputado Guto Silva, do Deputado Tião Medeiros, Soldado Adriano e do Deputado Galo, eu e o Luiz Carlos Martins com certeza estamos muito contentes com essa grande adesão e pelo aumento significativo da Bancada, continuo como Presidente do Progressistas no Estado do Paraná e passo, a partir de hoje, a Liderança do Progressistas aqui na Assembleia ao Deputado Tião Medeiros, Deputado que tem uma brilhante atuação, desde 2015 aqui conosco, tenho certeza de que vai honrar a nova Bancada Progressistas aqui na Assembleia. Então, desejo boa sorte ao Deputado Tião, que está muito bem acompanhado à frente da Liderança com o 1.º Vice, o Deputado Galo, que também vem contribuir muito com o Progressistas, e como 2.º Vice-Líder ficará o nosso *gente querida*, Deputado Luiz Carlos Martins. Estamos agora, Deputado Guto Silva, com 57 Deputados Federais Progressistas lá no

Congresso, empatados com o PT, então a segunda maior bancada do Congresso Nacional, cinco Senadores, agora aqui na Assembleia seis Deputados Estaduais, é o Partido que mais cresce no Brasil, o segundo maior Partido que mais cresceu na janela partidária e é uma honra para nós, Progressistas, ver este avanço e uma alegria enorme saber que temos Parlamentares da boa política nos acompanhando nesta trajetória. Quero aproveitar para falar aqui de um Projeto de Lei que está hoje em segunda discussão, de minha autoria, o Projeto n.º 31/2020, que tem o intuito basicamente de estabelecer o reaproveitamento de areias originadas do processo industrial de fundição, a fim de proporcionar economia de recursos naturais e financeiros para o Estado do Paraná. A sociedade atual demanda vultosa necessidade por produtos industrializados, gerando um considerável número de resíduos que devem ser destinados de forma adequada, em alinhamento às premissas estabelecidas na Lei Federal n.º 12.305/2010, a qual instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nesse contexto, a indústria de fundição, afetada pelo frete, pelas altas taxas cobradas para a destinação final em aterros, bem como pelo anseio dos órgãos ambientais para a redução da deposição de resíduos em fundição em aterros sanitários para a geração de descartes não nocivos ao meio ambiente, tem realizado estudos de novos processos de reciclagem. De outro lado, a indústria de construção civil requer quantidade de materiais dessa espécie, apresentando-se, portanto, como potencial consumidora de resíduos sólidos industriais e urbanos, destinados à confecção de tijolos cerâmicos, argamassas para a confecção de blocos, argamassas de revestimento, dentro outros. A proposição aduzida vem atender a essa demanda ao dispor acerca da reutilização de areias de fundição, suprimindo também a lacuna existente no ordenamento legal, ao passo em que inexistia previsão quanto à possibilidade de utilização de resíduos Classe 2 como matéria-prima em outros processos. Ainda ontem o nosso Deputado Estadual e colega Marcio Nunes fez aqui uma boa sustentação em apoio a este Projeto de Lei que de fato só vem a beneficiar as indústrias de construção, que geram emprego e renda para o nosso Estado, e também a parte de meio ambiente, que é muito importante. Então, agradeço a atenção de todos, o Projeto recebe emenda, uma

emenda que nós mesmos construímos em parceria com a Liderança do Governo e aqui, Deputado Marcel, agradecemos as contribuições feitas ao Projeto, que retorna à CCJ, mas pedimos aqui que venha para ser votado na semana que vem, na terça-feira, para que possamos dar continuidade a este bom Projeto. Como se sabe, o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de ferro fundido e a produção aumenta significativamente a cada ano, sendo a areia descartada de fundição, conhecida como ADF, um dos principais resíduos gerados nos processos de fundição. E nos Estados Unidos, na Espanha, na Suécia, na Alemanha, no Japão, enfim, nos países mais desenvolvidos, o emprego de ADF é observado em obras rodoviárias, em assentamentos, recobrimento de tubos, agricultura e na construção civil em geral. Então, é um Projeto que só vem a beneficiar o Estado do Paraná, o povo do Estado do Paraná, por isso pedimos aqui o apoio dos nobres Parlamentares. Muito obrigada. Mais uma vez, felicidades ao Deputado Marcio Pacheco e boa sorte ao Deputado Tião Medeiros, que daqui em diante será o nosso novo Líder do Progressistas aqui na Assembleia Legislativa, que tenho certeza de que fará um brilhante trabalho. Obrigada pela atenção de todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, estou aqui já há algum tempo, não tanto quanto o Deputado Elio Rusch e nem quanto o senhor, mas acredito que o Deputado Nereu sempre, na Legislatura passada, comentava com o seu quadro em cima dos ombros que *o melhor está por vir*, quando se referia ao Governador Richa. E muitas vezes estes debates que são feitos aqui são importantes para que possamos refletir sobre o papel do parlamento. E o papel do parlamento é justamente fazer o debate do contraditório, obviamente que sempre com respeito, mas o debate do contraditório. E ouvi aqui o Delegado Martins falando que é um desrespeito ao parlamento quando buscamos nos socorrer nos tribunais, assim como falou o Deputado Pacheco também, porque o Projeto de Lei será aprovado e não se pode recorrer. Deputado Pacheco, veja o senhor que ironia, quando o Governador Requião determinou – o

Deputado Nelson Justus lembra bem disso – que a soja transgênica não poderia ser exportada pelo Porto de Paranaguá, os Partidos que hoje o senhor apoia e o Partido em que estava o Delegado Martins entraram com uma ADI no Tribunal de Justiça. Veja o senhor! O senhor é novo ainda, vai aprender! O Judiciário é feito para dirimir dúvidas. Quando o Governador Requião sancionou uma lei do atual Governador, totalmente inconstitucional, do atual Governador Ratinho Junior, que determinava que armas apreendidas por policiais deveriam ter um pagamento, a Oposição à época, o Deputado Elio lembra, estava na Oposição, aliás, era uma Oposição tão pequena quanto a nossa hoje, era o Deputado Elio, o Deputado Traiano, o Deputado Silvestri, o Deputado Rossoni, era meia-dúzia, não é, Deputados? Luiz Carlos Martins. O que fizeram? Entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça. Então, Deputados, não fiquem nesse desespero! Vocês vão ganhar. Aliás, já ganharam! E se houver entendimento do Tribunal de Justiça que mesmo votando vocês não têm razão, vocês vão perder, como perderam no *homeschooling*! É do jogo. Então, é importante que lembremos disso, porque tivemos várias ações de inconstitucionalidade que questionaram votações aqui, inclusive quando o Regimento, no entendimento de quem entrava, não era respeitado, Oposição hoje ou Oposição ontem. É uma ferramenta, é uma arma, no bom sentido, que tem a minoria. O Regimento não é feito para a maioria; a maioria tem os votos. O Regimento é feito para proteger a minoria. E o Regimento e a lei permitem que a minoria ou qualquer cidadão recorra. Então, quer fazer o quê? Pode recorrer, mas não deve recorrer! Não estamos em uma casa de freiras, com todo o respeito às freiras. E se alguém acha que estamos, está no lugar errado, deveria estar em um convento! Aqui vamos buscar os direitos que temos todas as vezes que achamos que esse direito não foi respeitado. Onde está o problema? Da mesma, Sr.^s Deputados, que fez a Oposição ao Governo Lula e Governo Dilma durante todas as vezes que se achava desrespeitada, recorrendo ao STF, e muitas delas ganharam. Ganharam e o Projeto aprovado não foi em frente. O Deputado Elio lembra-se disso. Aliás, lembra muito do que vou falar porque o Deputado Elio ficou bastante incomodado e dou razão ao senhor por ter ficado incomodado quando,

no dia 17 de dezembro de 2006, às 2h20 ou 2h30 da madrugada, era Presidente aqui o Deputado Hermas Brandão, passou a Presidência ao Deputado Pedro Ivo, inverteram a pauta do Item 25, colocaram em primeiro e aprovaram a possibilidade de os Deputados se aposentarem na Assembleia Legislativa. Um Projeto que foi debatido aqui dentro! Teve um voto contrário, o meu. Um! Um voto contrário, o meu voto. O Deputado Elio sempre fala que se não fosse por isso hoje talvez a vida fosse um pouco diferente, não é, Deputado Elio! E claro que não posso entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça porque não caberia, mas levei toda a documentação, que entendi estar de forma equivocada sendo aprovada, à Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção do Paraná, que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal e recebeu de forma liminar o parecer favorável do Ministro Barbosa. Por isso que não tem aposentadoria. Por outras razões também. Depois, Deputado Nelson, novamente foi feito, não deu. Então, vejam: é do jogo perder, é do jogo ganhar. O que não é do jogo é querer que os outros façam aquilo que queremos fazer. Não tem sentido vir aqui e dizer: *Vou votar, Deputado Romanelli, deste jeito, mas o senhor não pode reclamar se o senhor perder*, porque não tem a menor referência. Então, Deputado Pacheco, parabéns pelo seu aniversário! Mas lembre-se: a Oposição, e o senhor vai estar na Oposição em algum momento, talvez esteja na Oposição na próxima legislatura, porque quem nunca foi Oposição, é uma área de conforto. Quem nunca foi Oposição, o Governo abre as portas para o senhor. Antes que o senhor atravessasse a rua, as portas são abertas. Para nós não temos portas e não reclamamos disso, porque acho que a Oposição não tem que reclamar, tem que fazer o seu papel: fiscalizar, denunciar, como, aliás, é o papel de todos os Deputados, e quando se sentir de alguma forma tolhida, recorrer. Espero que, no ano que vem, o senhor esteja na Oposição. Sinceramente, que o Governador Requião volte a ser Governador e que possamos fazer um bom debate aqui sobre o papel, como dizia o Deputado Aníbal Khury, do outro lado do balcão. Só antes de lhe passar o aparte, Deputado Pacheco, deixe-me também, só tenho os 10 minutos, também fazer uma referência. Ouvi aqui o Coronel Lee falando sobre o MST. Tenho grande respeito pelo senhor, Coronel Lee, mas tenho

uma divergência enorme. A região Oeste, antes mesmo de o senhor... Não sei quanto tempo o senhor esteve na Polícia, mas antes mesmo de o senhor entrar na Polícia Militar, a região Oeste já era ocupada pelo MST. Em 1980, 82, Deputado Lemos é da região de Capitão Leônidas Marques, e acredito que o senhor não estava na Polícia em 1980, mas quando a fazenda Anonni foi ocupada, e depois foi feito o Master e, na sequência, o MST, por pessoas que saíram de Santa Terezinha do Itaipu e da região de Itaipu, os sem-terra, as ocupações foram feitas. E vão continuar sendo feitas enquanto não houver regularização fundiária. Vão continuar sendo feitas. E de lá para cá, o MST se consolidou como...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... o movimento mais representativo do campo em todo o mundo. Podemos não gostar, mas o MST tem entregado centenas de toneladas de alimentos, milhares de toneladas de alimento. Para alguns é roubo. E acredito que o senhor pensa assim. Penso diferente. Para alguns é violência. Também penso diferente. Acredito que há violência também quando se faz a doação de centenas de milhares de hectares de terra, como foi feito no Governo Lupion, com pessoas em cima da terra há 50, 60 anos. Aliás, o Deputado Nereu conhece bem a história de 1922 e 24 ali na sua cidade. O senhor fez, inclusive, uma referência à luta de 1924 em Catanduvas. Então, as lutas sociais elas vão existir sempre. Não é o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista, o Partido Socialista, o PDT, o PMDB. Os Partidos são só agremiações que temporariamente abrigam. Às vezes, nem sempre, mas abrigam projetos e ideais. O que não podemos aceitar e não vamos aceitar são ameaças. Por mais que elas sejam feitas no calor do debate, mas ameaças não podem ser aceitas. Se o Lula vier para o Paraná, o senhor não vai pegar uma espingarda e sair dando tiro no Lula! O senhor é Deputado. O senhor não é mais Coronel. É Coronel da reserva. Não é mais uma pessoa que possa sair fazendo isso. Então, é preciso que tomemos cuidado e não estou lhe falando isso para tomar cuidado, aliás, não preciso nem o senhor precisa disso, mas quando fazemos algumas afirmações podem ser entendidas de forma equivocada. Conheço muitos e respeito muitos policiais,

muitos, e sou respeitado por muitos policiais, e estive no dia 29 de abril, Coronel Lee, com os policiais em tudo que aconteceu aqui na frente. E o senhor sabe quem foi defender os policiais quando todos bateram nos policiais? Eu. Vim a esta tribuna defender que não se pode criminalizar a Polícia por aquilo que está sendo feito por determinação do Governador, no caso, o Governador Richa e o seu Secretário de Segurança Francischini. Então, por mais que divirjamos, por mais que não concordemos, vamos continuar defendendo aquilo que acreditamos. Não há como mudar isso, até porque... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, a conversa aqui está muito interessante. Para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Isso é bom. Até o Sr. Presidente está impactado porque ele lembrou do dia 17 de dezembro de 2006, quando era Oposição, não é, Sr. Presidente? Até porque estou aqui há 20 anos. É o último ano que fico aqui. Todos sabem disso. Não terá. Para o bem ou para o mal, não é? Até brinquei, Deputado Nelson Justus, que teremos provavelmente dois churrascos: um que vou fazer por sair e um que muitos vão fazer por eu sair. Foi assim na Câmara de Vereadores também, mas é sempre tentando tratar todos com respeito, com educação e com limites. E quando esses limites, na nossa opinião, opinião do Partido dos Trabalhadores, do qual tenho a honra de ser Líder e agora Líder do Bloco, que conta com o Deputado Goura, quando entendemos que esses limites vão acima daquilo que é o razoável, vamos usar a tribuna, que é o espaço para fazermos o debate. Não vamos fazer ameaças. Vamos tomar providências. Vamos buscar os direitos que temos sempre que for... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Requião.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente. Bem rapidinho antes do orador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Cobra, por favor.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Apenas para anunciar aqui a presença do Vereador Toninho da Ambulância, do município de Arapongas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Toninho da Ambulância. Acho que anunciamos. Estamos aqui com o Vereador Rodrigo de Deus. É isso? Também por solicitação do Deputado Amaro, Vereador de Arapongas.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Ah, então, está o Rodrigo de Deus e o Toninho da Ambulância.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Toninho da Ambulância já anunciamos, não é? Ok. Sejam bem-vindos!

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente Traiano, meus caros colegas. O Tadeu quase que roubou todo meu discurso hoje aqui, mas sou obrigado a colocar que atos da Mesa, Deputado Marcel Micheletto, foram questionados também quando imbuídos da legalidade. Teve um Deputado que nos antecedeu e disse aqui: *Dizem que a Casa e a CCJ não prestam para nada!* Brincava com o meu amigo Deputado Nelson Justus: a CCJ quando quer presta, quando quer faz um trabalho técnico com votos bem-feitos, mas quando quer faz também política. E, de vez em quando, Deputado Marcio Pacheco, se presta a cada papelão! Como, por exemplo, aprovar projetos completamente inconstitucionais, por força de política. Afinal de contas, até onde sei, todos aqui são políticos. Ou não são? Estamos aqui fazendo o quê, Deputado Tadeu? Política. Então, de vez em quando, a Casa aprova projetos, a maioria aprova projetos, o Governador sanciona o Projeto, e o Judiciário corrige o erro. Pesos e contrapesos. Três Poderes fiscalizando uns aos outros. Às vezes, existe sim uma conturbação, uma prostituição de Poderes, mas esse não é o dever ser. Infelizmente, vivemos no mundo do ser. Aqueles que gostam tanto de falar um *juridiquês* deveriam voltar um pouquinho então à Teoria Geral do Direito, dar uma lida em Rousseau, dar

uma lida em Locke, pensar um pouquinho sobre a Teoria Geral dos Poderes. Montesquieu também é um bom livro para se ler. E assim vamos entender o que fazemos aqui. Mas como dizem os nossos queridos colegas em muitas ocasiões, Deputado Plauto, *o choro é livre*, o nosso e o deles. Então, vamos em frente. Ia responder ao Deputado Fernando e ao Deputado Jacovós, mas um amigo meu do Palácio disse que é bom não entrar nessa briga, neste momento, e deixar ela para o Rockembach. Não entendi qual foi a referência, mas a mensagem chegou aqui para mim. Disse que o Rockembach resolve esse problema depois. Mas, meus colegas, Coronel Lee, não sei se entendi o seu discurso ou se não entendi, mas me pareceu certa ameaça: *Vamos recebê-lo à bala! Vamos mandar para o inferno!* E me pergunto, Deputado Nereu: o senhor que tem alguns anos de Casa e conhece um pouco da política, da polícia, quem será que os nossos queridos policiais militares receberiam, à bala, hoje? Deputados que votaram contra a perda de direito dos nossos policiais, ou Deputados que, sistematicamente, se dizendo representantes da classe, votaram pela cobrança dos inativos, votaram pela perda de direitos, votaram pela perda de salário, pelo não pagamento da data-base? Quem será? Para quem será que a Polícia Militar e a Polícia Civil abririam as portas, com um bom café ou a tiros? Quem os defendeu ou quem votou contra eles, sistematicamente, dia após dia, votação após votação? Tirando, o meu colega Deputado Fruet, os representantes da segurança, hoje não são bem-vindos dentro da Polícia Militar e tampouco da Polícia Civil. Mas o discurso tudo aceita e ameaças querendo intimidar em uma democracia colocam de forma aberta, Deputado Marcio Nunes, os erros que o Brasil tem cometido. Usar-se de uma tribuna, de uma Casa democrática para fazer ameaças de morte, mostra Coronel Lee – espero que o senhor tenha sucesso na sua caminhada à Câmara Federal – que o senhor ainda tem muito a aprender sobre política e democracia. Acho que todos nós, como seres humanos, vamos caminhando à evolução. Espero que o senhor encontre a luz, porque na sombra das ameaças, o senhor não vai se encontrar na política brasileira e na nossa democracia. Não tenho medo de ameaças, não tenho hoje, não tive ontem e não terei. Vou, sim, às casas dos policiais. Vamos, sim, falar com os nossos militares. Vamos, sim, colocar as

peessoas que respeitam a sua farda e que honram essa farda às nossas propostas. Geralmente, somos nós, os Progressistas, que defendemos os direitos dessas classes. Enquanto o pessoal busca dividir entre *rancho* e *cassino*, queremos a unificação do povo brasileiro. É uma pena, Deputado Guto Silva, que esse tipo de discurso passe aqui. Iria passar despercebido, porque a maioria dos Deputados não estava prestando atenção. Mas temos que deixar claro que esse tipo de comportamento não representa o Brasil de hoje. Esse tipo de comportamento representa um Brasil ultrapassado, Deputado Micheletto, um Brasil da tortura, um Brasil da intimidação, um Brasil que tem medo da democracia. Fica aqui o meu respeito e o meu carinho aos policiais. Soldado Fruet, continue fazendo o seu discurso, tomando as suas posições, que a polícia tem lhe reconhecido. Tenho certeza de que a polícia tem reconhecido também o nosso esforço aqui em defesa deles. Deixe o discurso e as ameaças para quem não tem o que apresentar de concreto. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Quero dizer a todos vocês que ouvi atentamente todos que passaram e que me antecederam aqui. O meu discurso é mais para agradecimento à vinda de Deputados experientes desta Casa, para a Base do Governo, participando, entendendo que o caminho que queremos para o Paraná é seguir em frente. A vinda do Deputado Anibelli, do Deputado Nereu, do MDB, que se comungam com todos os outros partidos. Na Liderança do nosso Governador Ratinho Junior, são dois Deputados experientes que convivo desde menino, que também estive no MDB. Quero desejar a eles que sejam bem-vindos, que possam contribuir e trazer sugestões importantes e que estão cientes de que o melhor caminho que temos é a sequência dos trabalhos que o nosso Governador Ratinho Junior vem fazendo. Quero fazer uma ponderação aqui importante, eu que estou no primeiro mandato, mas convivo com a política também desde cedo dentro da minha casa. Precisamos fazer o contraditório, a divergência das ideias, mas é lógico que temos

que ter respeito uns com os outros aqui dentro. Veja a ponderação do Deputado Tadeu, desde hoje na CCJ, acompanhando os trabalhos, ouvindo as suas contribuições. Vejo aqui também o Deputado Requião Filho. É importante vivermos nessa democracia, com as divergências, mas acima de tudo com respeito. É válido, é salutar ouvir as ponderações que ouvi aqui do Deputado Tadeu, com sua experiência, com a sua forma sensata, equilibrada, ao responder ao contraditório. Senti aqui do Deputado Requião também as suas considerações. Acho que temos que ter as divergências dos nossos conteúdos ideológicos, de Governo, mas com o respeito entre todos nós. Essa é a minha posição também.

Deputado Adelino Ribeiro (PSD): Um aparte, Deputado Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Sim.

Deputado Adelino Ribeiro (PSD): Queria comungar o mesmo pensamento de Vossa Senhoria, no tratado de discutirmos alguns assuntos e assuntos delicados. Por exemplo, não me considero um *cara* preparado para poder ir à tribuna, para fazer ameaças, algumas coisas nesse sentido. Acho isso muito ruim para a democracia. Acho que o lado político que cada um defende, que tem uma bandeira, cada um tem o seu. Acho importante isso, a democracia é para isso mesmo, para fazermos essa contradição, para a sociedade ver, para esclarecer, para ela poder formatar uma opinião, para poder escolher os seus representantes. Queria neste momento só parabenizá-lo pela Liderança. Tínhamos aqui o Hussein Bakri, uma pessoa que contribuiu bastante nesses cinco meses em que estou aqui e me colocar à disposição. Sei que o Deputado Nereu Moura e o Anibelli vêm somar conosco também, com a Base do Governo, mas me colocar à disposição de vocês aqui para ajudar naquilo que for necessário, estou aqui para colaborar. Seja bem-vindo a esta Liderança aqui. Não tenho dúvida nenhuma de que a região Oeste do Paraná se sente valorizada, com o espaço de Vossa Senhoria, que está acompanhando neste momento.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Líder, só um comunicado, aproveitando com o Adelino. Então, o PMDB, neste momento, passa a estar com

o Bloco, para formar um Bloco com o PSD. O Deputado Nereu e o Deputado Anibelli passam a integrar o nosso Bloco. Sejam bem-vindos ao PMDB, que com certeza agregam muito. Obrigado.

Deputado Soldado Adriano José (PP): Senhor Líder, permite-me um aparte, depois, quando o senhor tiver oportunidade?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Pode.

Deputado Soldado Adriano José (PP): Senhor Presidente, Sr.^{es} Deputados e Deputadas. Só queria fazer um aparte aqui para falar da fala do Deputado Requião Filho. Cadê ele? Não está aqui. Dizer que, enquanto, profissional da área da segurança pública, sempre temos defendido a Polícia Militar e as forças de segurança aqui na Assembleia Legislativa, mas temos trabalhado com muita seriedade e com muita verdade, acima de tudo. Dizer para o Deputado Requião Filho que as palavras dele ali na tribuna são palavras de hipocrisia e de muita demagogia, porque, particularmente, nunca vi nenhuma ação dele aqui na Assembleia Legislativa para melhorar alguma coisa para as forças de segurança, a não ser demagogia na tribuna da Assembleia. Aliás, aliás, na época em que seu pai era Governador, o pai dele tinha uma frase para tratar os policiais da segurança pública: *Cacete e porrada*. Esse era o tratamento do pai dele na época em que esteve no Governo do Estado. Recordo uma vez em que o Deputado foi a Maringá, o Deputado Requião Filho, e na época acompanhei uma reunião do MDB e ele estava no elevador e o pessoal perguntou para ele: *O seu pai não vai subir?* Ele falou assim: “Não, ele está lá em baixo atendendo aos policiais militares e está, com essa palavra, *comendo o rabo dos policiais*, porque é isso que eles gostam que o meu pai faça com eles”. Então, quando o senhor se dirigir a Deputados aqui que representam a área da segurança pública, o senhor tenha mais respeito, o senhor não venha com demagogia e hipocrisia. E o seu pai usava muito uma frase que ele falava assim: “Piá de prédio”. E hoje entendo o que é *piá de prédio*, *piá de prédio* é o senhor. Obrigado, Líder.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Olha, queria finalizar, gostaria de finalizar o meu discurso. As questões políticas do jogo político.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Um aparte, Deputado, 30 segundos.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Gostaria de terminar, não vou dar aparte a mais ninguém, quero finalizar aqui o meu discurso para dizer o seguinte: a conduta de cada um aqui tem que ser republicana, temos que respeitar os nossos pares. Ameaça pessoal aqui não deve existir. As questões nossas políticas de divergências aí é outro campo. Agora, a questão pessoal acho que tem que ter respeito. Conheço muito bem governadores que passaram antes do Governador Ratinho Junior, sei da deselegância, e do contato, da maneira que conduzia, mas a questão pessoal entre nós aqui não dá para admitirmos. Ameaça pessoal está fora do movimento democrático, daquilo que fazemos aqui, da divergência de ideias. Queria aqui, primeiro, desejar boas-vindas ao Deputado Nereu Moura, ao Deputado Anibelli, que fazem parte agora da Base do Governo, uma Base sólida, uma Base que quer continuar caminhando para frente, de forma educada, de forma respeitosa, como o nosso Governador Ratinho Junior faz todos os dias no seu mandato. Com muito respeito, sem dedo em riste, sem ódio, sem desavença com ninguém, é a maneira dele de conduzir e assim queremos conduzir nesta Casa. As divergências de ideia vamos deixar no campo político na hora certa. As respostas aqui daremos com muita lisura do nosso Governo. Só não posso admitir ameaça pessoal entre nós aqui. Vivemos em uma democracia e precisamos aprender com ela a participar desse movimento e em uma Casa de Leis, a Casa do povo paranaense. E quero aqui também dizer a todos vocês que essa é a maneira que o nosso Governo vem fazendo, de forma harmônica, de forma responsável, salutar, o Governador tem posições e ideais para fazer com que o Estado do Paraná continue caminhando para frente, é um Estado mais sustentável, inovador, moderno do Brasil. E aqui ontem, todos nós, e o povo paranaense está mostrando isso para nós, a *Gazeta do Povo* está indicando aquilo que o povo está visualizando do nosso Governo. A aprovação do nosso Governador Ratinho Junior nas pesquisas mostra o resultado dos

encaminhamentos, do planejamento estratégico, e dessa nova política, uma política de convergência, de sinergia e de crescimento para o Estado do Paraná. Somos um dos melhores Estados do Brasil, um Estado que cresce e avança e está sendo mostrado nas pesquisas que o povo do Paraná quer continuar caminhando para frente. Então, desejo sucesso à vinda do nosso Deputado Nereu Moura, do nosso Deputado Anibelli, é muito importante para a Base do Governo pessoas experientes, Deputados que têm história aqui neste Parlamento e comungam agora conosco dessa caminhada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado, Presidente. Quero aqui, vou fazer isso oficialmente, um voto de pesar pelo falecimento da mãe do Celso. O Celso é um competentíssimo Chefe da Guarda Municipal de Curitiba. Já manifestei meus sentimentos e depois vou fazer oficialmente, mas gostaria de deixar isso registrado. Não quis pedir um aparte ao Micheletto, porque ele já havia dado vários, mas, Presidente, acho que o senhor tem que chamar os Líderes na semana que vem e fazer uma conversa, porque se começo de abril estamos com esse clima aqui, lá em setembro vamos ter que vir de armadura. Não tenho arma, não vou usar arma, mas não é possível, este ano é um ano diferente, todos sabemos disso, temos diferenças, elas vão se acirrar, não sou melhor, nem pior que ninguém, mas tenho certeza de que boa parte dos Deputados aqui pensa assim. Faça essa reunião, Presidente. Obrigado.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Apenas fazer um comunicado para os membros da Comissão de Obras Públicas que após a Sessão teremos a reunião da nossa Comissão na sala anexa ao Plenário. Obrigado.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, apenas também para registrar o falecimento hoje do progenitor do Ex-Deputado Rasca Rodrigues, que atua conosco inclusive lá na 1.ª Secretaria, está se descolando agora a Londrina. Então, os nossos sentimentos de condolência a esse querido amigo, Deputado Rasca Rodrigues, que com tantos anos conviveu aqui nesta Casa como Deputado Estadual.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para reforçar aqui, inclusive hoje não está presente, é o nosso Líder, Deputado Arilson, mas ele já havia na semana passada solicitado, pelo art. 22, ele já havia solicitado essa reunião. Então, quero aqui reforçar o pedido do Deputado Michele Caputo para essa reunião de Líderes na Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Arilson solicitou que fizéssemos uma reunião de Líderes para tratar a questão da pauta. Vamos tomar as providências. Senhores Deputados, atenção, Sr.^s Deputados e Deputadas, por favor, um comunicado. Até para informação e conhecimento, alguns Parlamentares estão solicitando à Mesa que a mudança ou indicação, Deputado Jacovós e Requião, por favor, senão depois vocês vão fazer a pergunta novamente. Alguns Deputados vieram até a Mesa, por favor, peço silêncio, gente, senão depois... Alguns Parlamentares, ou Líderes vieram aqui à Mesa pedindo para fazer alteração, indicação de membros das Comissões. Senhores

Deputados, todos os membros ou Deputados que pertencem às Comissões permanecerão no mesmo local, não haverá mudança até o final deste exercício, desse período legislativo. Então, para que todos tomem conhecimento, não se altera nada, quem já ocupa uma posição em determinada Comissão permanecerá, não terá mudança alguma até o final do período legislativo.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Tadeu.*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só para corroborar com o que o senhor está falando, também ouvi de outros Deputados perguntando se iríamos, inclusive Deputados que estão próximos à nossa Base, se iríamos ter mudança nas Comissões. As Comissões são compostas pelas Bancadas eleitas, não é uma invenção da Mesa, a legislação determina que as Bancadas eleitas indiquem os seus representantes no início da legislatura e assim permanecem até que ou se encerre aquele período, ou a Bancada mesmo mude. Só para termos plena concordância.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente isso, é Regimental. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD),

Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT) e Tercílio Turini (PSD) (46 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Tião Medeiros (PP), conforme art. 97 §3.º inciso I do Regimento Interno (1 Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativa: Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cristina Silvestri (PSDB), Luiz Carlos Martins (PP), e Tiago Amaral (PSD) (7 Parlamentares).]

Projeto que necessita de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 128/2022, do Deputado Tercílio Turini, que altera a Lei n.º 12.857, de 1.º de fevereiro de 2000, que proíbe a prática do trote em alunos das instituições da rede pública de ensino de 1.º e 2.º graus e de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos uma redação final.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 451/2021, de autoria do Deputado Requião Filho, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação LM

Almeida, com sede no município de Curitiba. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 655/2021, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Delegado Fernando Martins, Coronel Lee, Soldado Fruet, Delegado Jacovós e Gilberto Ribeiro, que assegura a plena liberdade e o direito de ir e vir em todo território do Estado do Paraná e veda a exigência de passaporte sanitário. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Fiscalização ad Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Substitutivo geral da CCJ. Regime de Urgência. Que trata do passaporte sanitário. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em 2.^a discussão.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Peço permissão para falar daqui, Presidente. Ontem à noite recebi uma mensagem emocionada de uma pessoa que tem sofrido, aqui no Estado, por conta da instituição do passaporte sanitário. É uma aluna de uma instituição pública, já até mencionei o caso para os senhores, é uma das melhores alunas de instituição pública aqui do Estado. Jovem já contaminada, por algum motivo não quis se vacinar e reprovou nesse primeiro semestre nas aulas da universidade por conta de uma exigência que, no nosso entendimento, era descabida e agora, com a aprovação dessa lei, deve cair. Reprovou em uma instituição por conta, no meu ponto de vista, um fetiche que tem sido defendido, especialmente por instituições que deixaram de cumprir o seu papel na pandemia. As universidades públicas paranaenses, aliás, chamaram minha atenção ontem, que eu disse, há dois dias, que UTFPR não estaria exigindo passaporte sanitário, mas também essa instituição estaria exigindo passaporte. Instituições que deixaram de dar aula, demoraram para adotar o sistema remoto, demoraram anos para voltar à sala de aula e agora querem, por uma questão

política, ideológica, muitas vezes, prejudicar a vida de quem, na visão delas, não compartilha dos mesmos valores. Lembro-me aqui, por exemplo, o caso da Universidade Federal do Paraná que prometeu vacina para a população, sabia que era um golpe publicitário, estamos em 2022 e não tem vacina nenhuma e provavelmente não terá. Não tem nem o projeto apresentado para a Secretaria da Saúde ainda para equipar o laboratório, cuja promessa era ter em produção já neste ano de 2022. Apesar disso, parte da população ainda segue festejando a incoerência e segue festejando esse tipo de conduta. Acho que temos que deixar muito claro que a Ciência não é uma instituição sacrossanta. Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, 1.º de julho do ano passado encaminhamos um ofício para a Secretaria da Saúde do Estado pedindo a 3.ª dose para quem havia tomado Coronavac. Estávamos acompanhando o número de óbitos de pessoas vacinadas no Paraná. E naquela ocasião a resposta da Secretaria da Saúde foi: “Não, não há indicação para a 3.ª dose.” Isso foi em julho de 2021. Um mês depois esse entendimento seria alterado. E hoje estão ministrando, inclusive, 4.ª dose em brasileiros acima de 80 anos. É um episódio para que saibamos que as certezas vão mudando. E, com o tempo, no início, pessoas que tinham vozes distintas em relação ao consenso eram suprimidas, eram acusadas de negacionismo, eram acusadas de pregar *fake news*, mas com o passar do tempo muitas das falas dessas pessoas têm se revelado verdadeiras. Ontem houve uma afirmação aqui na Assembleia que as vacinas não são experimentais. Não sei se semanticamente o termo é esse realmente, mas existem vacinas que estão sendo aplicadas, sim, em caráter emergencial no Brasil. As vacinas para as crianças são aplicadas em caráter emergencial. Isso não é nenhuma afirmação escandalosa. É uma afirmação técnica. Elas ainda não receberam registro definitivo. Vacina-se quem quer. Fizemos um levantamento indicando que, de Covid, quem está vacinado tem muito menos chance de morrer, mas não existe ainda uma verdade absoluta sobre esse assunto. Hoje se fala claramente, no mundo inteiro, que o mundo vai partir para uma estratégia de imunidade híbrida, em que vamos enfrentar o vírus com alto número de vacinação, mas também com alto número de infecção, porque é da natureza desse vírus, que ele rompe as barreiras de proteção. Os anticorpos,

dado que o vírus muda muito, os anticorpos vão se enfraquecendo, vão se perdendo. E, naturalmente, quem já foi contaminado provavelmente será contaminado outras vezes na vida. Infelizmente não existe imunidade duradoura contra esse vírus e vamos ter que conviver com ele. Quem tomou duas doses de Coronavac, por exemplo, precisa necessariamente tomar um dose de reforço, que não seja Coronavac. Quem é mais velho tem que tomar dose de reforço. Isso está muito claro. Quem quer uma proteção maior e imediata tem que tomar dose de reforço. Mas hoje também já se diz, já se discute, por exemplo, se o nosso organismo não estaria eliminando anticorpos contra a doença de propósito, porque é um vírus que se muda muito e caso o organismo fique recebendo informação de que é preciso ter os mesmos anticorpos, ele não se prepara para as mutações do vírus. Então, já também existe divergência na Ciência em relação à aplicação de sucessivas doses de reforço, se isso é adequado e se isso é seguro. Então, são várias questões que precisamos ainda discutir. Logo, por que punir pessoas que não querem tomar uma decisão que a maioria quis tomar? É um direito de cada um. Vamos respeitar essa vontade de cada um. Vamos respeitar a vontade como a dessa pessoa que me mandou ontem uma mensagem agradecida, chorando emocionado pelo quanto que fizemos aqui. Vamos ter respeito à prudência e à liberdade. É assim que vamos vencer essa situação. O Brasil nunca teve problema com vacina. O brasileiro sempre se vacinou em grande parte. É uma cultura de vacinação. É um dos países que mais se vacina no mundo. Não precisamos criar um problema que não existe. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Apenas para poder deixar registrado o seguinte: há uma única vacina que não tem registro definitivo e ela é emergencial ainda, que é da Coronavac. Todas as outras vacinas que estão sendo utilizadas no Brasil têm registro definitivo na Anvisa. E, aliás, até acho, Deputado Homero, que estamos nos tornando especialistas, ouvi a sua fala agora, especialista em imunologia. Agora, Deputado Ricardo Arruda, o senhor mesmo falou que esse Projeto não tinha nada a ver com vacina. Toda fundamentação do Deputado Homero Marchese foi em cima da vacina, data vênha, só para poder dizer que é complexo. Deputado Homero, suas

contribuições estatísticas sempre foram muito úteis e fiz aqui uma pequena ironia sobre a análise que fez, mas isso é o direito.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, só para corrigir uma informação do Deputado Romanelli. As vacinas para as crianças ainda são de uso emergencial. Não são definitivas ainda. Não são. Não é uma afirmação falsa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Depois abrimos um espaço em explicações pessoais para que vocês falem. Em votação o substitutivo geral aprovado em 2.^a discussão. Como indicam o voto os Líderes? Depois abrimos espaço em explicações pessoais para o Romanelli e o Deputado Homero.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “*sim*”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto contrário, Sr. Presidente.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*, enquanto os Deputados encaminham.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Marcio Pacheco. Já estamos na fase final de votação.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Iria pedir para encaminhar, Presidente, mas por respeito aos Deputados que querem ver a votação logo, não vou. Iria fazer uma resposta à altura de deselegância que o Deputado Tadeu Veneri cometeu e da soberba que o Deputado Requião cometeu, mas como estou de aniversário, estou em paz, vou deixar sem fazê-lo. Peço apenas o voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, que está votando, Deputados Dr. Batista e Mauro Moraes. Ok, o Deputado Bazana já votou. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Cobra*

*Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Soldado Fruet (35 Deputados); **Votaram Não:** Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (8 Deputados); **Abstenção:** Mabel Canto (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Luiz Carlos Martins, Tiago Amaral e Tião Medeiros (10 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis, 8 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 747/2019, de autoria do Deputado Reichembach, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Palotinese de Bicicross, com sede no município de Palotina Pinhais. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “*sim*”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição vota “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Vamos votar, Sr.^s Deputados, por favor, vamos agilizar o processo. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo*

*Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Requião Filho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 747/2019.**

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 31/2020, de autoria da Deputada Maria Victória, que dispõe sobre a utilização das areias descartadas de Fundição (ADF) e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo Geral da CCJ. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Maria Victória, Cristina Silvestri, Paulo Litro, Cobra Repórter, Tiago Amaral, Mabel Canto, Nelson Justus, Marcio Pacheco, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Delegado Jacovós, Marcio Nunes, e Soldado Adriano José.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 190/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Agosto Cinza, mês de reflexão e promoção de eventos sobre a prevenção e combate á incêndios. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhner,

*Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (37 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nereu Moura, Requião Filho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 190/2021.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 17/2022, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Renato Durski Junior. Parecer favorável da CCJ. **Foi retirado de pauta por esta Presidência.**

ITEM 7 – 2.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 9/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de novembro. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os votos os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto

*Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nereu Moura, Requião Filho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (16 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 9/2022.**

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 433/2021, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Professor Lemos, que concede ao município de Pinhalão o Título de Capital do Café Especial. Parecer favorável da CCJ. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, vou votar “*sim*” porque o Professor Lemos prometeu que vai trazer um quilo de café para cada Deputado agora porque o café é especial...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não sei se o Deputado Alexandre já não está em Pinhalão e está vindo com o café.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Trouxemos aqui as mulheres do café de Pinhalão, que vieram a esta Casa...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Ricardo Arruda.*

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Aproveitar que o pessoal está votando, só para estender um convite a todos que nos acompanham, a todos os Deputados, que dia 8, agora, sexta-feira, o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro estará visitando a ExpoLondrina. Dia importante e todos vêm lá saudar o nosso Presidente que tanto bem tem feito ao nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Romanelli já informou que estará presente, Deputado Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (34 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Evandro Araújo, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (20 Deputados).]* Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 433/2021.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 29/2022, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Kadeirantes Integrados com Gerenciamento dos Sports, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados, ainda há muitos Parlamentares que não votaram. Por favor! Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (28 Deputados); Não votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (26 Deputados).*] Com 28 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 29/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento desta Presidência, **protocolado sob o n.º 737/2022**, solicitando dispensa de votação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 9/2022, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 729/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Michele Lopes; **Requerimento n.º 730/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Diva Rodrigues Consani; **Requerimento n.º 731/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Presidente da República, Sr. Jair Messias Bolsonaro, e ao Ministro da Infraestrutura, Sr. Marcelo Sampaio, requerendo a destinação, com urgência, de recursos para a conclusão da duplicação da BR-163, entre Cascavel e o Distrito de Marmelândia, no município de Realeza, Estado do Paraná; **Requerimento n.º 732/2022**, do Deputado Paulo Litro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Luis Henrique Pagnoncelli.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 733/2022**, das Deputadas Maria Victória, Mabel Canto e Cristina Silvestri, requerendo inclusão da Deputada Cristina Silvestri como coautora do Projeto de Lei n.º 638/2020, de autoria das Deputadas Maria Victória e Mabel Canto; **Requerimento n.º 735/2022**, dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Douglas Fabricio, Michele Caputo e Coronel Lee, requerendo a indicação da Deputada Mabel Canto como Líder do Bloco Parlamentar PSDB/CDN/DC; **Requerimento n.º 738/2022**, dos Deputados Tião Medeiros, Soldado Adriano José, Luiz Carlos Martins, Guto Silva, Galo e Maria Victória, requerendo a indicação do Deputado Tião Medeiros como Líder, do Deputado Galo como Vice-Líder e do Deputado Luiz Carlos Martins como 2.º Vice-Líder do Partido Progressista; **Requerimento n.º 739/2022**, dos Deputados Mabel Canto, Boca Aberta Junior e Soldado Fruet, solicitando a inclusão do Partido PROS ao Bloco Parlamentar formado pelos Partidos PSDB, CDN e DC.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º**

734/2022, do Deputado Mauro Moraes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 23 de março de 2022.

Requerimento Prejudicado.

Requerimento n.º 736/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 17/2022, da Ordem do Dia.

Requerimento prejudicado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 11 de abril de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 747/2019, 190/2021, 655/2021 e 56/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 433/2021 e 29/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 416/2021 e 117/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 12h16, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)